



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

EMANUELLA BARCELLOS LUNA

A LITERATURA E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS DIGITAIS:
um estudo das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília

Brasília
2018

EMANUELLA BARCELLOS LUNA

**A LITERATURA E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS DIGITAIS:**

um estudo das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília

2018

L961d

Luna, Emanuella Barcellos

A literatura e a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais: um estudo das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília / Emanuella Barcellos Luna. - Brasília, 2018.

76 f.

Monografia (bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2018.

Orientador: Rodrigo Rabello.

1. Biblioteca digital. 2. Desenvolvimento de coleções. 3. Política de desenvolvimento de coleções. 4. Biblioteconomia. I. Título



Título: A literatura e a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais: um estudo das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília.

Aluna: Emanuella Barcellos Luna.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 03 de dezembro de 2018.

Rodrigo Rabello da Silva - Orientador

Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Fernando Cesar Lima Leite – Membro

Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Dalton Lopes Martins – Membro

Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, por ter me apoiado e me incentivado em todas as minhas decisões, mesmo que não concordassem totalmente com elas, e cujo apoio e orientação me permitiram seguir em frente e concluir mais um passo da minha jornada. Em segundo lugar, ao meu namorado, Pedro, pelo amor, companheirismo e carinho constantes, mesmo nas horas mais difíceis, sempre me dando forças e acreditando na minha capacidade.

Agradeço aos meus grandes amigos, Caroline, Gabriel, Guilherme, Giulia, João, Lucas, Luísa, Ludmilla, Mariana, Rafael e Vitor, que me acompanharam por tanto tempo, me proporcionando momentos especiais e inesquecíveis, substituindo os pesos e as tristezas da vida por alegria e prazer. Agradeço também às amigas que fiz durante o curso de Biblioteconomia, Cristina, Paola e Victória, com quem dividi momentos de alegria e de tristeza, e que tornaram toda essa jornada muito mais agradável.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Rabello, pela paciência e apoio em sua orientação, que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Por fim, agradeço ainda todas as pessoas que participaram desta longa jornada, e que tornaram possível sua conclusão.

RESUMO

Considera os desafios dos contextos biblioteconômicos digitais e a relevância da formalização da política de desenvolvimento de coleções para qualquer biblioteca que deseje, de modo planejado, atingir seus objetivos e alcançar sua missão, principalmente por incidir na busca por boas práticas e para o desenho dos subprocessos envolvidos. Objetiva identificar os pontos de convergência e de divergência entre os conceitos e processos do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais presentes na literatura da área e na prática desenvolvida neste contexto. Para tanto, realiza uma revisão de literatura da área de Ciência de Informação para identificar critérios e conceitos que devem ser considerados no processo de desenvolvimento de coleções. Posteriormente, seleciona seis bibliotecas digitais jurídicas de Brasília para identificar em suas políticas quais os critérios utilizados no desenvolvimento de coleções e compará-los com aqueles encontrados na literatura. Verifica, como resultado, que os critérios e processos de desenvolvimento de coleções digitais que mais se aproximam aos de coleções tradicionais tendem a ser mais abordados nas políticas das bibliotecas, principalmente pela ausência de políticas específicas para as bibliotecas digitais. Ao final, considera que existe certa desatualização das bibliotecas digitais analisadas em relação à literatura científica referente ao desenvolvimento de coleções de bibliotecas digitais.

Palavras-chave: Biblioteca digital. Desenvolvimento de coleções. Política de desenvolvimento de coleções. Biblioteconomia.

ABSTRACT

Considers the challenges of the digital library context and the relevance of the collection development policy formalization for any library that desires to fulfill their aims and mission in a planned way, especially for focusing on the search for good practice and the design of the sub processes involved. Aims to identify the convergence and divergence points between the concepts e process of collection development on digital libraries in the literature and the practice developed in this context. To do so, performs a research through literature revision in the Information Science area to identify criteria and concept that should be considered in the collection development process. Then, selects six law digital libraries from Brasilia to identify in their policies what are the criteria used on the collection development, and compare them with the ones found in the literature. As a result, it was verified that the criteria and the processes of digital collection development that are closer to the ones of the traditional collections tend to be considered more in the libraries' policies, especially because there aren't any specific policies for the digital libraries. At least, considers that the selected digital libraries are outdated when compared with the scientific literature about digital library collection development.

Keywords: Digital library. Collection development. Collection development policy. Library science.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização do trabalho	13
Quadro 2 - Critérios de seleção	31
Quadro 3 - Critérios de aquisição	39
Quadro 4 - Critérios de avaliação	47
Quadro 5 - Critérios de seleção para preservação (desbaste)	51
Quadro 6 - Relação de órgãos com bibliotecas digitais jurídicas em Brasília	57
Quadro 7 - Instrumento de coleta de dados	62
Quadro 8 - Processos e critérios de desenvolvimento de coleções contidos nas políticas das bibliotecas digitais selecionadas	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema	10
1.2 Justificativa	11
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Geral	12
1.3.2 Específicos	12
1.4 Organização do trabalho	13
2 BIBLIOTECA E REPOSITÓRIO DIGITAL	15
2.1 Biblioteca digital	15
2.2 Repositório digital	21
3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS DIGITAIS	22
3.1 Política de desenvolvimento de coleções	25
3.2 Estudo de usuários	26
3.3 Etapas do desenvolvimento de coleções	27
3.3.1 Seleção	28
3.3.2 Aquisição	35
3.3.3 Avaliação	46
3.3.4 Desbaste	48
4 METODOLOGIA	55
4.1 Procedimentos, delimitação do <i>corpus</i> e conceituação	55
4.2 Construção do instrumento de coleta de dados	61
5 RESULTADOS: COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	62
5.1 Instrumento de coleta de dados	62
5.2 Coleta de dados	63
5.3 Bibliotecas digitais ou repositórios digitais?	65
5.4 O problema da política de desenvolvimento de coleções	67
5.5 Os critérios de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas selecionadas	67
6 CONCLUSÃO	71
Referências	72

1 INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante mudança, pois as relações humanas se desenvolvem e se alteram, novas tecnologias surgem, e contextos sociais, valores e interesses se modificam. Nesse sentido, os contextos histórico, social e informacional também se transformam com o passar do tempo. Atualmente vivemos em uma sociedade da informação, ou, até mesmo, em uma sociedade do conhecimento, em que “a comunicação, a qualidade de vida e as relações econômicas e sociais são mediadas por artefatos tecnológicos (na forma de serviços e produtos) que incorporam conhecimento científico.” (SORJ, 2003, p. 35).

Ou seja, uma sociedade na qual a informação científica e especializada torna-se um recurso econômico, social e político indispensável, e o acesso à informação torna-se vital para a inclusão do indivíduo nessa sociedade, à medida que torna possível a compreensão das mudanças tecnológicas e sociais e que permite a geração e aplicação de conhecimento, inserindo o indivíduo na rede de relações existente na sociedade (SILVA; CORREIA; LIMA, 2010).

Portanto, para que a inclusão social seja possível nos dias de hoje, é necessário garantir o acesso à informação. Nesse sentido, a biblioteca, como instituição necessariamente inserida em um contexto histórico, social e cultural, exerce um papel fundamental, desde que se adeque à realidade na qual está inserida. Isso significa apropriar-se das novas tecnologias e dos novos contextos de interação, produção e disseminação da informação e do conhecimento, de forma a cumprir seu papel.

A criação e a utilização de bibliotecas digitais decorre, portanto, das mudanças sociotécnicas contemporâneas. Entretanto, é importante que os bibliotecários entendam e conheçam não só as oportunidades e facilidades oferecidas pelas novas tecnologias, como também os novos problemas que surgem e como eliminá-los ou, pelo menos, como mitigá-los.

A biblioteca digital oferece uma oportunidade única, não só de reunir e disponibilizar conteúdo que não estaria acessível de outra forma, como também de disponibilizar informações para uma comunidade de usuários que não mais está restrita à área geográfica da biblioteca. Isso favorece e promove a divulgação e produção de conhecimento científico, pois, além de permitir o acesso à informação

em si, facilita a circulação de trabalhos acadêmicos de forma mais econômica e ágil (SORJ, 2003).

Porém, é preciso lembrar também que, com a explosão informacional e a possibilidade de criação e de comunicação oferecida pela Internet, o volume de informação disponível torna-se cada vez maior, sendo necessário diferenciar a informação confiável da não confiável. Além disso, o espaço, tanto o físico quanto o digital, é limitado e, portanto, mesmo que fosse possível reunir e identificar todo o conteúdo disponível sobre determinado assunto, não seria possível armazená-lo.

Evidencia-se, então, a real necessidade de um desenvolvimento de coleções bem definido e delimitado, de preferência com uma política que se adeque aos objetivos da biblioteca, de forma que consiga não só definir quais fontes de informação devem entrar para seus acervos, mas, também, oferecer informações que possam se transformar em conhecimento útil a seus usuários.

1.1 Problema

As bibliotecas digitais ainda são relativamente recentes, principalmente se comparadas às bibliotecas tradicionais, e, por estarem intimamente ligadas às tecnologias disponíveis, sofrem atualizações e mudanças constantes. Dessa forma, é natural que algumas questões ainda estejam sendo discutidas e avaliadas, e que novos problemas surjam com as novas tecnologias. Uma dessas questões é, justamente, o desenvolvimento de coleções.

Existem problemas no desenvolvimento de coleções das bibliotecas tradicionais do Brasil, situação que atinge, também, às bibliotecas digitais. Diógenes (2012, p. 316) afirma que

[...] a atividade de desenvolvimento de coleção no Brasil não tem sido realizada adequadamente com as coleções impressas, continuando sem a devida atenção com o advento das coleções eletrônicas [...] não só por ser uma atividade que demanda conhecimento, equipe e infraestrutura novos mas pelos problemas ainda existentes no Brasil na atividade de desenvolvimento de coleção.

Uma breve pesquisa realizada por Andrade e Araújo (2013) com sete bibliotecas selecionadas identificou que uma estava com a política de

desenvolvimento de coleções em fase de elaboração, enquanto outras cinco não possuíam políticas (e uma delas não respondeu à pesquisa).

Além disso, embora já exista alguma produção científica abordando o assunto, ainda há pouco estudo sobre as especificidades do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais, e grande parte dessa produção científica é internacional. Assim, é natural que essa área esteja, de certo modo, atrasada, pois o desenvolvimento de coleções exige comprometimento com metodologias (VERGUEIRO, 1989) que são, por sua vez, baseadas nesses referenciais teóricos que ainda não foram amplamente discutidos na literatura nacional.

Surge, então, a pergunta: qual a situação dos critérios de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais abordada na literatura, quando comparada à prática em bibliotecas digitais? Infere-se, inicialmente, que tal pergunta possa demandar a identificação de pontos de convergência e divergência entre a teoria e a prática, exemplificadas com a realização de um estudo de caso.

1.2 Justificativa

Com as novas tecnologias, surgem novos cenários que devem ser considerados. Uma biblioteca digital oferece inúmeras possibilidades de preservação, armazenamento, acesso e divulgação de informação que antes não eram possíveis em bibliotecas tradicionais. Para alcançar essas possibilidades, porém, é necessário pensar as bibliotecas digitais como entidades próprias e com características únicas, e não apenas como bibliotecas tradicionais armazenadas em computadores.

O desenvolvimento de coleções é, justamente, uma das áreas que exigem uma nova visão que possibilite o entendimento de suas particularidades, de forma a permitir que a biblioteca alcance seu máximo potencial. Vergueiro (1989, p. 13) já enfatizava a importância de um desenvolvimento de coleções consciente e orientado, quando afirmou que, se os bibliotecários “pretendiam manter as bibliotecas pelas quais eram responsáveis como organismos vivos e atuantes, deveriam necessariamente mudar a ênfase de seu trabalho da acumulação pura e simples do material para o acesso do mesmo.” Ou seja, na sociedade da informação, acessar a informação útil e desejada requer encontrá-la em meio a um grande volume de informação não útil. Quando o acesso é considerado, se a

biblioteca não conseguir entregar o que o usuário deseja e necessita, ela tornar-se-á rapidamente obsoleta e perderá sua razão de ser. Uma das necessidades que devem ser supridas é, justamente, o acesso à informação útil. Entretanto, para que a biblioteca viabilize esse acesso, ela precisa ter seus objetivos informacionais bem definidos e traçar o caminho a ser percorrido para alcançá-los. Em outras palavras, é preciso ter um bom desenvolvimento de seu acervo.

Embora existam semelhanças, a natureza da biblioteca digital e as tecnologias necessariamente envolvidas em sua criação, gestão e utilização fazem com que surjam certas particularidades na seleção, aquisição, avaliação e desbaste de documentos digitais. Tais particularidades tornam o processo de desenvolvimento de coleções diferente quando aplicado a uma biblioteca digital e quando aplicado a uma biblioteca tradicional.

Dessa forma, este trabalho justifica-se em virtude da importância do desenvolvimento de coleções para o alcance dos objetivos da biblioteca e das especificidades ainda não muito exploradas na literatura nacional sobre esse processo em bibliotecas digitais, tendo em vista os critérios e procedimentos considerados na literatura da área, sobretudo a internacional.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Identificar a situação dos critérios de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais, comparada à literatura sobre o assunto, de modo a propor um instrumento de análise.

1.3.2 Específicos

- Mapear e identificar conceitos, processos e critérios do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais considerados na literatura da área;
- Mapear e identificar os processos e critérios do desenvolvimento de coleções utilizados, na prática, por bibliotecas digitais;

- Identificar os pontos de convergência e divergência entre os critérios de desenvolvimento de coleções mapeados na literatura e os encontrados em políticas de bibliotecas digitais jurídicas de Brasília;
- Sintetizar e propor instrumento para análise de critérios de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

1.4 Organização do trabalho

O trabalho está organizado em Introdução, Conclusão e quatro seções centrais que visam atender os objetivos específicos e explicar a metodologia e os resultados da pesquisa (quadro 1).

Quadro 1 - Organização do trabalho

Problema	Como pensar o desenvolvimento de coleções de bibliotecas digitais, tomando-se como base a literatura disponível sobre o assunto e a prática em instituições?
Objetivo geral	Identificar a situação dos critérios de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais, comparada à literatura sobre o assunto, de modo a propor um instrumento de análise.
Objetivo específico 1	Seção 3: Desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais 3.1 Política de desenvolvimento de coleção 3.2 Estudo de usuários 3.3 Etapas do desenvolvimento de coleção 3.3.1 Seleção 3.3.2 Aquisição 3.3.3 Avaliação 3.3.4 Desbaste Mapear e identificar conceitos, processos e critérios do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais considerados na literatura da área.
Metodologia	Seção 4: Metodologia 4.1 Procedimentos, delimitação do <i>corpus</i> e conceituação 4.2 Construção do instrumento de coleta de dados
	Seção 5: Resultados: coleta, análise e interpretação dos dados

Objetivo específico 4	<p>5.1 Instrumento de coleta de dados</p> <p>Sintetizar e propor instrumento para verificar a aplicação dos critérios encontrados na literatura nas políticas de desenvolvimento das coleções em bibliotecas digitais.</p>
Objetivo específico 2	<p>Seção 5: Resultados: coleta, análise e interpretação dos dados</p> <p>5.2 Coleta de dados</p> <p>Mapear e identificar os processos e critérios do desenvolvimento de coleções utilizados, na prática, por bibliotecas digitais</p>
Objetivo específico 3	<p>Seção 5: Resultados: coleta, análise e interpretação dos dados</p> <p>5.5 Os critérios de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas selecionadas</p> <p>Identificar os pontos de convergência e divergência entre os critérios de desenvolvimento de coleções mapeados na literatura e os encontrados em políticas de bibliotecas digitais jurídicas de Brasília.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

2 BIBLIOTECA E REPOSITÓRIO DIGITAL

2.1 Biblioteca digital

É importante iniciar a presente pesquisa trazendo conceitos de biblioteca digital, pois seu entendimento teórico dará a base para a compreensão das formulações complementares aos objetivos dessas instituições em suas particularidades. Isso porque são esses objetivos que orientam o desenvolvimento de coleções realizado em bibliotecas.

Assim, pode-se definir biblioteca digital simplesmente como uma biblioteca cujo serviços e produtos estão localizados em um ambiente digital. Porém, reduzir a biblioteca digital a essa definição é minimizar seu papel e, até mesmo, deixar de perceber as possibilidades que ela pode oferecer.

A biblioteca como instituição passou por inúmeras mudanças ao longo dos anos, transformando seus propósitos e objetivos e, até mesmo, o significado do conceito em si. Como Martins (1957, p. 364) assinala, a história da biblioteca “é um processo gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação, marcado essencialmente por quatro caracteres principais: 1) laicização; 2) democratização; 3) especialização; 4) socialização.” Esses marcos na história da biblioteca são complementares, especialmente quando se pensa a democratização, a especialização e a socialização. Em alguma medida, pode-se dizer que ocorreram concomitantemente.

Na Idade Média, a biblioteca era exatamente aquilo que seu nome indica: um depósito de livros. Até então, o objetivo não era a divulgação ou o uso dos livros, mas sim sua guarda, pois eram considerados elementos carregados de poderes maléficos que poderiam influenciar aqueles de mentes mais fracas (MARTINS, 1957). Com o passar do tempo, porém, principalmente a partir do Renascimento, as bibliotecas universitárias começaram a surgir, ainda sem o propósito de divulgar, de forma ampla, o conhecimento, de modo a permitir aos membros das universidades o acesso à informação que poderia servir de apoio aos seus estudos. Ocorria, então, uma laicização das bibliotecas, pois elas não mais estavam ligadas a instituições religiosas.

Martins (1957, p. 365) continua seu raciocínio ao afirmar que as bibliotecas foram democratizadas a partir do momento em que houve a “ascensão do homem

comum aos privilégios que antes estavam reservados a apenas uma minoria”, ou seja, quando o chamado “homem comum” pôde, por fim, acessar o conhecimento contido nas bibliotecas. A especialização, por sua vez, ocorre quando as bibliotecas percebem que não é possível atender todas as necessidades de informação de todos os possíveis usuários do mundo. Para isso, surgem coleções especializadas, com o objetivo de atender a um público específico (MARTINS, 1957).

Por fim, Martins (1957, p. 366) define a socialização da biblioteca da seguinte forma:

Organismo antes reservado a uns poucos, que deveriam procurá-la e solicitar-lhe os favores, a biblioteca moderna não apenas abriu largamente as suas portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade.

A biblioteca tradicional modificou-se profundamente ao longo do tempo, saindo de um “mero” depósito de livros para uma instituição que busca o amplo acesso e divulgação do conhecimento. Teve como pretensão inicial atender todas as necessidades de informação, até que, posteriormente, focou-se especificamente nas necessidades de seus usuários.

Se a concepção do que é uma biblioteca mudou em diferentes momentos históricos de modo a se adequar às novas realidades que surgiam, pode-se esperar que a biblioteca digital seja algo além de simplesmente uma biblioteca em formato digital. Mais que isso, Ranganathan já concebia a biblioteca como “uma instituição que está ativa em um ambiente em constante mudança e, devido a isso, [...] deve mudar e adaptar-se com o espírito do tempo para que possa servir melhor aqueles que precisem dela.” (BARNER, 2011, p. 2, tradução nossa)¹. Assim, a biblioteca digital está na esteira dessas mudanças.

Em seu livro sobre o assunto, Tammaro e Salarelli (2008) consideram o momento em que a biblioteca digital se encontrava como uma etapa caracterizada

¹ "Ranganathan sees the library as an institution that is active in a constantly changing environment, and according that, [...] the institute should change and adapt itself with spirit of time so it can serve best those who need it."

pelo debate sobre sua conceituação e pela dificuldade em se estabelecer consensos, embora apontem para três concepções majoritárias:

1. A biblioteca digital baseada na função de mediação das bibliotecas entre seus recursos informacionais e seus usuários:

Bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, incluindo os funcionários especializados, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência de coleções de obras digitais através do tempo, de modo que estejam pronta e economicamente disponíveis para o uso de uma comunidade ou grupo de comunidades definida (DIGITAL LIBRARY FEDERATION, 1998, tradução nossa).²

2. A biblioteca digital cuja definição baseia-se no modelo de documento digital e na organização dos metadados:

[a biblioteca digital é] uma coleção de documentos digitais estruturados, sejam os produzidos mediante digitalização de materiais existentes, sejam os preparados de modo digital na origem, dotada de uma organização total e coerente de natureza semântica e temática, que se manifesta por meio de um conjunto de relações interdocumentais e intradocumentais e de um adequado dispositivo meta-informacional. (CIOTTI; RONCAGLIA, 2002 *apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 122).

3. Por fim, a biblioteca digital como uma evolução natural da biblioteca tradicional:

[a biblioteca digital] é o conjunto de uma ou várias coleções de objetos digitais, de descrição desses objetos, que é feita com o emprego dos chamados metadados, colocadas à disposição de todos os usuários interessados graças a uma interação de tipo eletrônico que pode abranger diversos serviços, como a catalogação, indexação, recuperação de documentos e fornecimento de informações à distância [...]. (MAZZITELLI, 2005 *apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 122).

A diferença entre as três concepções está, principalmente, no que pode ser considerado o objetivo de uma biblioteca digital. Ao basear sua definição no tipo de

² “Digital libraries are organizations that provide the resources, including the specialized staff, to select, structure, offer intellectual access to, interpret, distribute, preserve the integrity of, and ensure the persistence over time of collections of digital works so that they are readily and economically available for use by a defined community or set of communities.”

recurso disponível (concepção 2), coloca-se um peso maior na preservação e guarda do documento, neste caso, digital, em sua organização e estruturação. É diferente de basear a definição na função de mediação da biblioteca digital (concepção 1), pois, aqui, há ênfase no esforço que deve ser exercido pela biblioteca não só na disponibilização do material aos usuários, mas também está ativamente preocupada em oferecer acesso a eles. Por fim, ao considerar a biblioteca digital como uma evolução da biblioteca tradicional (concepção 3), transpõe-se os objetivos e deveres desta para aquela, sem, contudo, se preocupar com as novas possibilidades que a tecnologia de uma biblioteca digital pode oferecer.

Isso não significa que uma concepção é incompatível com a outra, ou que uma esteja mais correta. São, apenas, focos diferentes, que traduzem as discussões sobre quais as obrigações de uma biblioteca digital e qual seria a melhor forma de defini-la.

De fato, alguns autores ainda não faziam uma distinção rigorosa entre biblioteca digital e repositório digital, como é visível quando Reese e Banerjee (2008, p. xiii, tradução nossa) colocam seu livro como uma “ferramenta para o novo mundo das bibliotecas digitais. Ele [o livro] desmistifica os desafios de criar, construir e manter um repositório digital.”³ Ou seja, os autores usam o termo biblioteca digital e repositório digital como intercambiáveis entre si. Essa falta de distinção também fica clara ao se considerar outra definição da Digital Library Federation (1998, tradução nossa), na qual se coloca que biblioteca digital pode se referir à “noção de coleção sem referência à organização, acesso intelectual ou serviços oferecidos.”⁴

Justamente por não existir uma distinção muito clara, bibliotecas digitais eram, por vezes, definidas como repositórios, sendo apenas uma coleção de recursos digitais, com o foco em sua preservação (REESE; BANERJEE, 2008).

Com o tempo, porém, essa distinção tornou-se mais clara, e a biblioteca digital passou a ter como papel fundamental a mediação, seja de forma direta entre seus usuários e a fonte de informação que buscam, seja de forma a garantir e oferecer o letramento informacional, de modo que os usuários possam tornar-se

³ “[...] is a tool kit for the new world of digital libraries. It demystifies the challenges of designing, constructing, and maintaining a digital repository.”

⁴ “[...] notion of collection without reference to organization, intellectual accessibility or service attributes.”

aptos a realizar atividades informacionais de forma independente (BARNER, 2011). Além disso, Lynch (2005) evidencia o foco da conexão e integração das bibliotecas digitais com sua comunidade, considerando essas bibliotecas como partes integrais e permanentes do meio ambiente informacional.

Assim, o conceito de biblioteca digital passou a englobar mais do que uma simples coleção de objetos digitais. Como Sayão (2009) argumenta, a biblioteca digital é uma entidade que possui e oferece acesso à informação, de formas diversas, mas também, possui os processo e serviços das bibliotecas tradicionais, ainda que adaptados à sua realidade.

Por fim, pode-se até mesmo questionar se a biblioteca digital é, de fato, uma biblioteca. Donovan (2012) conclui que a resposta para esta questão é negativa, devido a uma série de fatores: há perda de informação ao se transpor o conteúdo físico para o digital; não existe uma busca física de um exemplar numa estante que contém o assunto de forma a contextualizar cada exemplar na mente do usuário como parte integrante de um contexto mais amplo; não há, de fato, um processo de seleção, já que deseja abarcar todo o conteúdo existente sobre determinado assunto; e não invoca o sentimento e as emoções próprias do ato de se entrar em um espaço físico de uma biblioteca tradicional. Assim, “o produto final irá carecer de elementos essenciais necessários para nossa ideia do que significa ser uma biblioteca. O resultado pode ser útil e talvez inevitável, mas será uma biblioteca apenas por analogia.” (DONOVAN, 2012, p. 104, tradução nossa)⁵.

Porém, essa é uma visão relativamente simplista. Há, de fato, perda de informação quando se transpõe o conteúdo físico para o meio digital, mas não se pode ignorar o fato de que há documentos que já nascem digitais e, portanto, não sofrem qualquer perda de informação. Além disso, há também perda de informação toda vez que um livro sofre um processo de restauração, mas não se pode considerar que uma biblioteca de livros raros ou que a maioria de seus livros tenham sido restaurados não seja, de fato, uma biblioteca. A busca por assunto de uma biblioteca digital, se bem estruturada, pode oferecer o contexto do exemplar dentro de um todo. A seleção deve existir, mesmo em uma biblioteca digital, pois é irreal pensar que alguma instituição, física ou digital, é capaz de reunir todo o conhecimento sobre determinado assunto, especialmente nos dias de hoje, em que

⁵ “[...] the final product will lack essential elements necessary to our idea of what it means to be a library. The outcome can be useful and perhaps inevitable, but will be a library only by analogy.”

novas informações estão sendo criadas a cada segundo. Por fim, exigir que a biblioteca seja capaz de invocar certos sentimentos e emoções específicas para poder ser definida como biblioteca é tornar um conceito dependente de algo subjetivo e extremamente pessoal, já que uma mesma biblioteca pode invocar um sentimento de espanto e adoração em uma pessoa e falhar em provocar qualquer tipo de reação em outra. Da mesma forma, não há nada que diga que uma biblioteca digital bem desenhada e estruturada não possa provocar algum tipo de reação emotiva em seu usuário.

Apesar de uma conclusão um tanto quanto radical, a visão de Donovan é interessante no sentido de provocar uma ruptura entre a definição de biblioteca tradicional e a de biblioteca digital. Mesmo que se considere que tanto a biblioteca tradicional quanto a digital sejam, de fato, bibliotecas, ainda possuem “elementos essenciais” próprios e únicos a si, fazendo com que sejam, portanto, diferentes. Isso não é dizer que a biblioteca tradicional é melhor ou pior do que a biblioteca digital, ou que uma evolui independente da outra, ou ainda, que são totalmente independentes entre si, apenas que são instituições com possibilidades e características diferentes e que, portanto, podem alcançar seus objetivos e propósitos de formas diferentes.

A definição de biblioteca digital pode mudar e modificar-se com o tempo, à medida que a sociedade se transforme, assim como a definição de biblioteca tradicional também sofreu mudanças. Porém, atualmente, as definições de biblioteca digital parecem ter alguns pontos em comum. É uma entidade que: organiza a informação de forma lógica, para que possa oferecer seu acesso aos usuários, mesmo que não guarde de fato essa informação consigo; exerce, ativamente, a mediação entre a informação e seus usuários, de forma que estes possam encontrar a informação que desejam tanto na biblioteca quanto fora dela; possui propósito, pois bibliotecas “são sempre atos deliberados. Não existe bibliotecas acidentais [...], não é todo livro que pode ser considerado para formar uma biblioteca” (DONOVAN, 2012, p. 98, tradução nossa)⁶; e que deve possuir uma relação com a comunidade que deseja servir.

Ao se considerar que é necessário um propósito, uma intenção, para se ter uma biblioteca, torna-se claro, então, a importância do desenvolvimento de coleções, pois é esse o processo que selecionará o material que entra e sai da biblioteca,

⁶ “[...] are always deliberate acts. There are no accidental libraries [...], not just any book can be counted toward the library”.

moldando-a de acordo com seu propósito e objetivos. Sem desenvolvimento de coleções de algum tipo não há, portanto, uma biblioteca.

2.2 Repositório digital

Discutida a definição de biblioteca digital, é interessante também apresentar o que seria considerado um repositório digital. A diferença, na prática, pode ser vaga, já que no Brasil algumas bibliotecas digitais seriam, de fato, repositórios, pois não ofereceriam serviços próprios aos usuários. Por sua vez, alguns repositórios, por oferecerem alguns serviços de bibliotecas, seriam bibliotecas digitais.

De qualquer forma, essa diferenciação pode ser um ponto importante a ser considerado, já que pode servir como guia para aqueles serviços que desejam ser bibliotecas digitais de fato, em vez de repositórios.

Dito isso, o repositório digital pode ser considerado como coleções de objetos digitais nele depositados, seja pelo criador, pelo proprietário ou por terceiro, oferecendo um conjunto de serviços mínimos para seu funcionamento (armazenar, encontrar, pesquisar, controle de acesso, etc.). Deve ser sustentável e confiável, e administrar tanto conteúdo quanto metadados (HEERY; ANDERSON, 2005). Desse modo, um repositório poder ser um dos serviços oferecidos pela biblioteca digital, mas não é, em si, uma biblioteca.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS DIGITAIS

Para Weitzel (2002, p. 64), desenvolvimento de coleções é

[...] uma atividade técnica comprometida com a sistematização de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca. [...]. Em outras palavras, desenvolvimento de coleções é uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos [...].

Huwe (2013, p. 24, tradução nossa) oferece um enfoque social ao desenvolvimento de coleções, quando afirma que a construção de uma coleção

[...] começa com a procura por fontes onde quer que elas estejam e uma suspensão voluntária de preconceitos sobre onde procurar. Depois, requer uma revisão da 'vida social' da coleção futura. Quem controla o recurso e que expectativas eles possuem para seu uso? Qual valor potencial o recurso possui e que não está sendo utilizado ou até mesmo percebido?⁷

Assim, apesar de o desenvolvimento de coleções ser uma atividade técnica, que possui um foco administrativo para a biblioteca, não deixa de ser, também, uma atividade social, pois o bibliotecário deve manter sempre o usuário em mente. O recurso que se deseja incorporar à biblioteca deve ser valorado de acordo com sua capacidade de preencher alguma lacuna de informação dos usuários, pois, como argumenta Vergueiro (2017), coleções são, justamente, uma forma de suprir as necessidades de informação do ser humano, sejam para responder questões básicas de sobrevivência, sejam como uma forma de lazer, diversão e entretenimento. Nesse sentido, o desenvolvimento de coleções deve ser sempre pautado nas necessidades do usuário, e seus processos, orientados em relação a este.

Ainda nesse teor, Vergueiro (2017, p. 56) afirma que as bibliotecas são instituições úteis à sociedade, justamente por suprir essas necessidades, e que, no cerne disso, está o desenvolvimento de coleções, que é

⁷ "It begins with a search for sources wherever they may be and a willing suspension of preconceptions about where to look. Next, it requires a review of the 'social life' of the prospective collection. Who controls the resource and what expectations do they have for its use? What potential value does the resource have that is not currently used or even perceived?"

[...] o responsável pelo processo de privilegiar algumas produções [...] sobre outras, garantindo a constituição de um conjunto de materiais que responda de forma efetiva a determinados critérios ou parâmetros, estabelecidos em termos de qualidade de seu conteúdo e de adequação ao público cujas necessidades de informação deve atender.

Anteriormente à década de 1980, no Brasil, predominava a ideia de que a seleção era algo mais intuitivo, e não haveria necessidade de se estabelecer critérios que tentassem trazer mais objetividade ao processo. A partir dessa década, entretanto, estabeleceu-se a visão do desenvolvimento de coleções como uma tarefa administrativa e que deve seguir critérios estabelecidos com o propósito de atender uma finalidade definida (SPUDEIT; CORRÊA, 2017).

O desenvolvimento de coleções, então, passa a ser visto, pelo menos no campo teórico biblioteconômico, como uma tarefa indispensável para o alcance dos objetivos da instituição. Isso não é diferente para a biblioteca digital. Reese e Banerjee (2008, p. 1, tradução nossa) argumentam que

Assim como o valor de uma biblioteca está em como a biblioteca adquire, organiza e apresenta o material, a qualidade de um repositório digital⁸ é medido da mesma forma. [...] Assim como é o caso de qualquer coleção dinâmica, novos materiais devem ser adicionados enquanto aqueles que não mais ofereçam suporte à missão do repositório devem ser removidos.⁹

O papel de adicionar novos materiais e remover aqueles que não mais são necessários para a biblioteca é, justamente, o papel do desenvolvimento de coleções. Assim, ele é o processo fundamental para que se crie uma coleção coerente, intencional e com um propósito. Mais do que isso, Donovan (2012, p. 98, tradução nossa) considera que coleções são formadas por meio de uma intenção não de se adquirir um livro específico, mas sim de “adquiri-lo por causa de sua relação com os outros livros já adquiridos.”¹⁰ Desta maneira, uma coleção só é, de fato, uma coleção, se possui um relacionamento intencional com os outros materiais

⁸ Os autores consideram repositório digital como sinônimo de biblioteca digital.

⁹ “Just as the value of a library is how it collects, organizes, and presents material, the quality of a digital repository is measured the same way. [...] As is the case with any living collection, new materials must be added while those that no longer support the mission of the repository should be removed.”

¹⁰ “[...] to acquire it because of its relationships to other, already owned books.”

que já estão na biblioteca. Um recurso adquirido sem um propósito, portanto, não faz parte, de fato, da coleção.

Do mesmo modo, Miranda (2018, p. 181) afirma que as coleções “precisam evoluir harmoniosamente em todas as áreas científicas, evitando um crescimento desordenado, sem metas ou objetivos definidos.” Logo, deve haver um controle não só para que exista um sentido para cada material que é incorporado à coleção, mas também para que haja um crescimento relativamente homogêneo de todas as áreas abrangidas pela biblioteca. Esse controle será dado, também, por um desenvolvimento de coleções bem estruturado.

O estabelecimento de critérios e parâmetros para os processos de seleção, aquisição, avaliação e desbaste não só permitem que a coleção se desenvolva de modo ordenado e com um propósito claro e bem definido, como também permitem que as áreas de interesse da biblioteca se desenvolvam de forma equilibrada em relação umas às outras e otimizem o trabalho, permitindo que a biblioteca foque no que é importante e possível de ser realizado, já que

Instituições que não estabelecem prioridades podem encontrar-se em uma situação de tentar fazer demais, porque a administração falha em entender a capacidade verdadeira da organização, conduzindo a [...] uma noção ilusória do que seu orçamento pode de fato realizar (LINETSKY, 2008 *apud* YAA ANIMA ADZOBU, 2014, p. 41, tradução nossa).¹¹

Dessa forma, pode-se perceber a importância do desenvolvimento de coleções para a biblioteca. Porém, como Spudeit e Corrêa (2017, p. 76) advertem, desde a adoção da visão do desenvolvimento de coleções com um foco administrativo, “praticamente nada mudou em relação à teoria que norteia o trabalho profissional voltada a formar e desenvolver coleções em unidades de informação”, o que é, de fato, um problema, considerando que o surgimento dos documentos digitais significou uma mudança relevante nos processos adotados pelas bibliotecas para gerirem suas coleções. Os documentos digitais modificaram a forma de aquisição da propriedade do objeto físico para a licença de uso do conteúdo e, já que este não mais se encontra em um suporte físico tradicional, o controle de

¹¹ “Institutions that do not set priorities may find themselves in a situation of trying to do too much because the institutional administration fails to understand the actual capacity of the organization, leading to [...] an unrealistic sense of what their budget can actually accomplish (Linetsky, 2008).”

circulação, tombamento, armazenamento e preservação foram alterados (SERRA, 2017).

Com o surgimento da biblioteca digital, mudou-se, também, a concepção de que a biblioteca deve, necessariamente, ser dona de seu próprio acervo. Em relação aos documentos digitais, normalmente a biblioteca não é proprietária destes, na medida em que atua como facilitadora do acesso ao conteúdo (HUNT, 2017). Isso faz com que a abordagem do desenvolvimento de coleções seja, de fato, uma abordagem de desenvolvimento de conteúdo. Assim, as bibliotecas devem

[...] ter cuidado no uso de terminologias baseadas em coleção e, melhor, devem mudar seu pensamento para conteúdo. [...] Não é suficiente para a biblioteca universitária substituir a palavra coleção pela palavra conteúdo e simplesmente reutilizar a política atual (HUNT, 2017, p. 30, tradução nossa).¹²

Torna-se, então, necessário pensar em como o desenvolvimento de coleções pode ser adaptado para se adequar às coleções digitais. Seus princípios e objetivos, de modo geral, permanecem os mesmos, pois tanto a biblioteca tradicional quanto a biblioteca digital desejam atender as necessidades de informação de seus usuários e só poderão fazê-lo de forma efetiva por meio de um desenvolvimento de coleções bem estruturado. Entretanto, os documentos digitais possuem diferenças essenciais em relação aos documentos físicos, tornando seus processos de seleção, aquisição, avaliação e desbaste diferentes entre si.

3.1 Política de desenvolvimento de coleções

Vista a importância do desenvolvimento de coleções para uma biblioteca, torna-se claro o motivo de se ter os critérios definidos formalmente em uma política. Afinal, caso estejam estabelecidos de maneira informal entre os profissionais da biblioteca, eventuais divergências sobre um critério ou outro não poderão ser facilmente resolvidas ou, ainda, caso os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de coleções deixem a instituição, todo o trabalho realizado será perdido.

¹² “[...] should exercise caution in the use of collection-based terminology and, better, shift their thinking to content. [...] It is not enough for the university library to substitute the word content for the word collection and simply re-package current policy.”

A política de desenvolvimento de coleções é

[...] um documento que estabelece critérios e diretrizes para adequar e garantir a qualidade e a credibilidade da coleção no tocante à tomada de decisões relacionadas com a incorporação ou a retirada definitiva de materiais pertencentes ao acervo (MIRANDA, 2018, p. 182).

Além disso, Vergueiro (1989, p. 25) também alerta para o fato de que a política trata de tornar público o “relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir”, algo que permite aos usuários o entendimento da missão institucional. Deve, ainda, possibilitar o acesso aos motivos pelos quais as decisões relacionadas ao desenvolvimento de coleções são tomadas e permitir que conheçam os processos envolvidos (SPUDEIT; CORRÊA, 2017). Por isso, a política deve ser disponibilizada em um espaço de fácil acesso aos usuários da biblioteca.

Uma política de desenvolvimento de coleções deve conter diretrizes para orientar a seleção, a aquisição, a avaliação e o desbaste (aqui incluindo também questões sobre preservação) dos materiais que compõem o acervo, além de informações sobre a instituição de informação, de recursos disponíveis e informações sobre a política em si (SPUDEIT; CORRÊA, 2017). Weitzel (2013, p. 91) aponta, ainda, que “é fundamental que a política seja um instrumento vivo, e que atue na realidade, de forma dinâmica, beneficiando pessoas e instituição”. Ou seja, a política de desenvolvimento de coleções não é, nem pode ser, um documento estático. À medida que o acervo se desenvolva, que novas formas de aquisição sejam criadas e que a realidade da biblioteca se modifique, a política deve adequar-se a essas mudanças, de modo a continuar sendo um documento relevante para guiar o desenvolvimento do acervo da biblioteca, isto é, para que esta possa continuar a buscar seus objetivos.

3.2 Estudo de usuários

Guinchat e Menou (1994, p. 481) definem usuário como um elemento “[...] fundamental de todos os sistemas de informação, pois a única justificativa das atividades destes sistemas é a transferência de informações entre dois ou mais interlocutores distantes no espaço e no tempo.” Daudt (2017, p. 238) argumenta que

“[...] atender à necessidade de informação dos usuários é função central de toda e qualquer biblioteca”. É, portanto, necessário conhecer quais são essas necessidades. Isso ocorre, justamente, por meio do estudo de usuários, fazendo com que essa prática torne-se fundamental para o planejamento de uma boa política de desenvolvimento de coleções.

Segundo Figueiredo (1991 *apud* DAUDT, 2017, p. 241), estudos de usuários são aqueles que

[...] se baseiam em técnicas usadas nas ciências sociais para observar ou questionar os usuários dos sistemas de informação, com o objetivo de entender as suas necessidades, preferências, opiniões e avaliações a respeito de serviços que a eles são oferecidos ou podem vir a ser oferecidos.

Por intermédio dos estudos de usuários realizados periodicamente, o desenvolvimento de coleções se torna mais equilibrado, pois é possível identificar quais os materiais que estão ou não atendendo a necessidade de informação dos usuários, quais materiais deveriam ser adquiridos e quais estão sendo demandados pelos usuários (SPUDEIT; CORRÊA, 2017).

3.3 Etapas do desenvolvimento de coleções

O desenvolvimento de coleções é um processo ininterrupto, sem início ou fim definido, e suas etapas e atividades não podem - nem devem - ser consideradas isoladamente (VERGUEIRO, 1989). Muitas atividades ligadas à seleção são também atividades de aquisição, e para haver seleção é necessário que se faça uma avaliação do acervo já existente. Dessa forma, o processo deve ser considerado como um todo, e suas partes são isoladas apenas para fins de organização e planejamento mas, na prática, devem ser considerados também os relacionamentos entre elas.

Além das influências internas da organização sobre o desenvolvimento de coleções já citadas (como, por exemplo, a missão e o objetivo da instituição), há também algumas influências externas. A indústria exerce, obviamente, papel importante no processo, pois é ela que oferece os materiais para a aquisição da biblioteca. As coleções de outras bibliotecas também possui influência no que pode

ser adquirido e/ou descartado, já que, nos dias atuais, as bibliotecas devem tentar cooperar entre si, para melhor aproveitamento de recursos (VERGUEIRO, 1989).

Por fim, apesar de no presente trabalho serem apresentadas considerações que possivelmente devem ser levadas em conta durante o desenvolvimento de coleções, é necessário lembrar que esse processo não é homogêneo, ou seja, não é o mesmo para todas as bibliotecas (VERGUEIRO, 1989). Alguns critérios que são extremamente importantes para uma biblioteca podem ser indiferentes para outra. Porém, é sempre interessante ter em mente alguns critérios básicos, para que se possa considerar sua importância e seu papel dentro do desenvolvimento de coleções de cada biblioteca.

3.3.1 Seleção

A seleção refere-se ao processo de decisão de qual material fará parte da coleção da biblioteca a partir daquele momento, seja o material novo que é selecionado para se tornar uma nova inclusão (seleção positiva), seja o material que se encontra na coleção e é selecionado para deixar de fazer parte desta (seleção negativa ou desbaste) (RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012).

É justamente por servir como uma porta de entrada para a coleção, que o bibliotecário possui uma enorme responsabilidade, a fim de não deixar que sua visão de mundo transforme o processo de seleção em um processo de censura (VERGUEIRO, 1989). Hall (2005 *apud* RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012) e Samuel (1994 *apud* RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012) afirmam que a seleção pode facilmente assumir um papel de censura, pois é, de certo modo, um exercício de poder. Esse processo é marcado pela escolha de determinada herança cultural específica e particular, sobre a qual será atribuído valor de importância, ao mesmo tempo em que se diminui esse valor das obras que foram deixadas de lado. Assim, torna-se importante distinguir a censura do processo de seleção: enquanto a seleção “[...] tenta positivamente encontrar razões para manter um livro de uma forma inclusiva, [...] a censura negativamente tenta arranjar razões para excluí-lo” (ASHEIM, 1953 *apud* RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012, p. 301, tradução nossa)¹³. Essa é uma distinção sutil, porém fundamental para o processo.

¹³ “[...] positively tries to find reasons to keep [...] a book in an inclusive way, [...] censor negatively tries to find reasons to exclude it.”

A seleção, assim como os outros processos de desenvolvimento de coleções, é uma tarefa subjetiva. Loyd (2007, p. 60, tradução nossa) argumenta que

[...] o desenvolvimento de critérios, embora se afirme ser um processo objetivo, na verdade é baseado em posições subjetivas e interesses políticos dos encarregados de determinar a significância [do material] e, portanto, privilegia algumas memórias sobre outras.¹⁴

Assim, não é possível realizar um processo de seleção totalmente objetivo e imparcial, mas busca-se o delineamento e o estabelecimento de critérios claros por uma comissão de seleção variada, que poderá auxiliar a minimizar esse problema.

No caso de bibliotecas digitais, Reese e Banerjee (2008, p. 36, tradução nossa) afirmam que esse processo é “[...] crítico, mas frequentemente negligenciado, pois muitos planejadores falham em entender o quão diferente o processo de selecionar materiais digitais pode ser [se comparado ao] processo de selecionar materiais físicos.”¹⁵

As diretrizes gerais para a seleção de um material físico podem ser utilizadas para os materiais digitais, à medida que a seleção de recursos digitais também devem levar em conta a qualidade do material e se este se adequa ou não aos objetivos da instituição e atende às necessidades de seus usuários (MIRANDA, 2018). Ainda assim, o procedimento de seleção

[...] não é tão direto quanto pode parecer em um primeiro momento. Recursos nascidos digitais podem ter alter egos em inúmeros domínios, como entretenimento comercial e mídia, performances gravadas ou exposições de museus que permanecem digitalmente muito após a exibição em si ter acabado. A decisão de adquirir e gerenciar coleções com essas características pode ter o efeito de mover as bibliotecas digitais em diferentes direções [...]. (HUWE, 2013, p. 24, tradução nossa).¹⁶

¹⁴ “[...] the development of criteria, while it is claimed to be an objective process, in fact underlies the subjective positions and political interests of those charged with determining significance and thus privileges some memories over others.”

¹⁵ “[...] critical, but it is frequently neglected because many planners fail to appreciate how different the process for selecting digital content can be from the familiar process for selecting physical content.”

¹⁶ “[...] not as straightforward as it might seem at first glance. Born-digital resources can have alter egos in any number of domains, such as commercial entertainment and media, recorded performances, or museum exhibits that live on digitally long after the actual exhibit is over. The decision to acquire and manage collections with these characteristics can have the effect of pulling digital libraries in different directions [...]”

Os critérios tradicionais de seleção de materiais são: adequação aos objetivos da instituição, autoridade, atualidade, qualidade técnica, escassez de material sobre o assunto na coleção, aparecimento do título em bibliografias, índices ou similares, cobertura/tratamento, idioma, relevância/interesse, precisão e condições físicas (MIRANDA, 2018). Esses critérios também devem ser considerados, se forem relevantes para a biblioteca em questão, no desenvolvimento de coleções de bibliotecas digitais, adequando-se aos objetivos e à natureza da biblioteca.

Dentre esses, porém, algumas considerações devem ser feitas em relação ao critério de autoridade. Vergueiro (2010, p. 18) diz que esse é um critério que busca

[...] definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador. Baseia-se na premissa de que o fato de um autor ter produzido materiais de qualidade no passado é um indicador razoavelmente confiável de sua produção futura. Da mesma forma, algumas editoras costumam notabilizar-se pela qualidade dos materiais que editam, funcionando como um índice de confiabilidade do conteúdo dos documentos.

Embora isso não seja uma garantia completa, a autoridade é um fator que pode contribuir para a avaliação da qualidade de um conteúdo (VERGUEIRO, 2010). Entretanto, em um universo no qual a produção de informação foi facilitada, qualquer um pode tornar-se facilmente um criador de conteúdo. Assim, o critério de autoridade torna-se um pouco nebuloso, já que é possível indagar se, de fato, valeria à pena excluir recursos que seriam de interesse da biblioteca baseados na autoridade de seu autor, pura e simplesmente.

Os condicionantes para o que se constitui uma autoridade não são apenas aqueles que a definem como autoridade epistêmica, mas passam a ser, também, indicados pela própria experiência, por recomendações de outras pessoas, como amigos e familiares, e jornais e periódicos, por exemplo (RIEH, 2003 *apud* FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016). Esse fenômeno da busca pelo conhecimento do outro é explicado pelo termo “autoridade cognitiva”, legitimada pela influência que uma pessoa exerce sobre a outra, e não por instituições (WILSON, 1983 *apud* FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016).

Dessa forma, a internet facilita a adoção de outras características para o critério de autoridade ao se selecionar documentos. Entretanto, essa é uma reflexão

que deve ser realizada tanto no âmbito das bibliotecas digitais quanto no das bibliotecas tradicionais.

Assim, existem outras considerações (quadro 2) que são específicas ou possuem características diversas quando aplicadas a materiais digitais, que devem ser levadas em conta ao se desenvolver os critérios de seleção de uma biblioteca digital.

Quadro 2 - Critérios de seleção

Autores	Critérios	Descrição
Reese e Banerjee (2008)	(1) Recursos desejados	Materiais que são de interesse da biblioteca, como identificá-los e onde encontrá-los.
	(2) Versões do documento	Edições ou variações de uma mesma obra.
Farmer (2009)	(3) Disposição da informação	Sequência lógica da informação, características da indexação e de seus pontos de acesso na interface.
	(4) Facilidade de uso	Clareza das informações, dificuldade de recuperar a informação devido aos títulos e layouts, facilidade de uso do recurso de forma independente pelos usuários.
	(5) Propósito	Objetivo da obra e se o autor de fato o alcança.
	(6) Interface	Características da interface que se utiliza para pesquisar o recurso, como a busca funciona, etc.
	(7) Legibilidade	Textos e imagens fáceis de visualizar, se <i>plug-ins</i> adicionais são necessários, se o conteúdo está disponível para usuários com necessidades especiais.
	(8) Transferibilidade	Qual a escala que o conteúdo pode ser baixado, impresso, salvo ou enviado.
	(9) Requisitos técnicos	Requisitos de sistema e conectividade com a internet necessários para acessar o recurso, impactos de acesso simultâneo na performance.

	(10) Acordos de licenciamento	Quais os detalhes do acordo de licenciamento (compra, número de acessos simultâneos, etc.).
Ravenwood, Matthews e Muir (2012)	(11) Copyright e direitos autorais	O que os direitos autorais que protegem o recurso permitem que se faça com ele.
Wahl (2017)	(12) Propósito	Uso pretendido do recurso.
	(13) Gênero/conteúdo	Qual o gênero/tipo do conteúdo (filme, documentário, trilha sonora, etc.)
	(14) Meio e formato	Formas em que um conteúdo está disponível e detalhes sobre seu acesso.
	(15) Termos de licenciamento	Termos envolvidos com aquisição do material.
	(16) Modo de entrega e opções	Hospedagem do recurso está inclusa ou não, quais recursos estão incluídos na plataforma.
Serra e Segundo (2017)	(17) Plataforma	Características de segurança e acesso da plataforma por meio da qual o conteúdo será acessado.

Fonte: Elaborado pela autora

Essas considerações podem ser agrupadas da seguinte forma:

Conteúdo (13, 14)

É sempre importante considerar o conteúdo de um material ao selecioná-lo para fazer parte da biblioteca, pois deve estar de acordo com a temática e os objetivos da instituição. Porém, quando se considera o conteúdo de um recurso digital, as nuances particulares de cada gênero também devem ser observadas, já que alguns gêneros possuem formatos de arquivos específicos.

Wahl (2017, p. 229, tradução nossa) coloca que

Conteúdo disponível através de serviços pessoais de *streaming* (ex: Netflix) não estão necessariamente disponíveis no mercado de *streaming* tradicional. Direitos de distribuição mudam

frequentemente, fazendo com que detentores dos direitos autorais sejam mais difíceis de encontrar.¹⁷

Versão do documento (2)

“[...] recursos digitais são inerentemente diferentes de versões físicas, pois podem ser facilmente modificados.” (REESE; BANERJEE, 2008, p. 38, tradução nossa).¹⁸ Assim, é preciso definir quais versões dos documentos serão mantidas: todas elas, ou apenas a mais recente?

Ao manter todas as versões, preserva-se o caminho histórico percorrido em determinada área ou assunto. Porém, muitas plataformas de editoras, por exemplo, mantêm apenas a versão mais atual disponível, o que torna necessário definir, desde o princípio, sobre a preservação de versões antigas, para que medidas adequadas possam ser tomadas com esse fim.

Se a biblioteca não possui um propósito histórico, apenas a versão mais atual é o suficiente para atender a seus objetivos e a seu público.

Legibilidade (7, 9, 14)

No caso de recursos eletrônicos, a legibilidade refere-se não só à facilidade de visualização do texto e de imagens, mas também a qualquer *plug-in* adicional que possa ser necessário para acessar o conteúdo (como um leitor de PDF, ou um *player* de vídeo), além dos requisitos técnicos necessários para tal. Ademais, é preciso saber se o conteúdo é acessível para usuários com necessidades especiais (FARMER, 2009).

Termos de licenciamento (8, 10, 11, 15)

Recursos digitais permitem que seu conteúdo seja transferido e reproduzido de forma mais intensa do que recursos físicos. Isso significa que o material digital pode, em teoria, ser baixado, impresso, salvo ou enviado sem restrições tecnológicas ou físicas, para inúmeros usuários, simultaneamente, algo não é possível com recursos físicos. Farmer (2009, p. 127, tradução nossa), então, chama

¹⁷ “Content available via personal streaming services (i.e., Netflix) is not necessarily available in the educational streaming marketplace. Distribution rights shift frequently, making copyright holders more challenging to locate.

¹⁸ “[...] digital resources are inherently different from their physical counterparts in that they can be easily modified.”

a atenção para a escala na qual esses serviços poderão ocorrer, um questionamento que não é apenas técnico (a plataforma contratada oferece, de fato, esses serviços?), como, também, de direitos autorais (quais os termos de uso envolvidos com a aquisição do material, ou seja, quais são os termos do licenciamento?).

Wahl (2017, p. 230, tradução nossa) define o objetivo desse critério como “[...] adquirir detalhes relacionados a variáveis como termos de licença perpétua ou limitada, limites em usos simultâneos e restrições de transmissão [...] e se recursos de acessibilidade estão incluídos”¹⁹ e, caso contrário, se é possível incluir tais recursos de acessibilidade, como legendas em vídeos, por exemplo.

Interface (1, 3, 4, 6, 9, 14, 16, 17)

Em documentos digitais, a interface torna-se algo fundamental para ser avaliado, pois é por meio dela que o usuário acessará o conteúdo. Se o material será acessado através da própria biblioteca digital, então a interface não é um critério a ser avaliado para a seleção, especificamente. Porém, ainda é necessário saber se a hospedagem do material é possível e permitida (WAHL, 2017). Se o acesso se der através de uma plataforma de fornecedor, por exemplo, a forma como essa plataforma está disposta e as ferramentas por ela disponibilizadas devem ser consideradas.

Farmer (2009) coloca as questões de importância para a avaliação na hora de seleção como sendo: a clareza da informação contida; o *layout* (tanto da interface quanto dos recursos em si); as ferramentas de busca da informação (quais os recursos estão disponíveis? Em que nível - títulos, capítulos, corpo do texto - é possível buscar a informação desejada? A busca e o uso são intuitivos para os usuários da biblioteca, de forma a conseguirem usar os recursos de modo independente?); e a existência de uma função de ajuda para o usuário.

É importante, também, considerar os requisitos técnicos necessários para a utilização da plataforma e como a indexação e a informação, de maneira geral, é indexada na plataforma, além de verificar quais são os pontos de acesso dos documentos (FARMER, 2009).

Sharp e Thompson (2010) acrescentam, ainda, que o acesso deve ser considerado, podendo ser monousuário (o recurso não pode ser acessado

¹⁹ “[...] gather details regarding variables such as perpetual versus limited term licenses, limits on simultaneous users, and transmission restrictions [...] and whether accessibility features are included.”

simultaneamente por mais de um usuário, ou uma senha só pode ser utilizada por um único usuário) ou multiusuário (vários acessos simultâneos são permitidos).

Propósito de utilização (5, 12)

Quando um título é solicitado por um usuário e quando este é avaliado pelo bibliotecário para decidir se haverá, de fato, sua inclusão ou não, é interessante que avalie-se também qual o uso pretendido para o material. Wahl (2017, p. 229, tradução nossa) aponta que

[...] alguns usos podem ser realizados apenas em algumas formas específicas. Por exemplo, se a requisição é de um membro que deseja usar o conteúdo em um curso online e o conteúdo somente está disponível em formato de DVD, o pedido só pode ser completado se a codificação [conversão de um formato para outro] for permitida.²⁰

Esse critério torna-se fundamental quando se pensa em coleções digitais, à medida que um único conteúdo pode estar disponível em diversos formatos distintos.

3.3.2 Aquisição

A aquisição é o processo de se obter posse ou acesso a determinado material (RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012) e é, justamente, quando as decisões tomadas na seleção são postas em prática (MIRANDA, 2018).

Em bibliotecas tradicionais, o material é adquirido a partir de três grandes modalidades: doações, compras e permutas. Já na biblioteca digital, Silva (2013) coloca em evidência que a maioria dos modelos de negócio utilizados para e-books são de algum tipo de licenciamento para uso, no qual a biblioteca obterá o acesso ao material digital, mas não, de fato, sua posse.

Apesar disso, não se deve excluir a doação e a permuta como formas de aquisição possíveis para bibliotecas digitais. A doação pode ocorrer do mesmo modo que ocorre com materiais físicos, embora o que seja “doado”, de fato, sejam arquivos. Se a doação não for realizada pelo próprio autor, deve-se verificar com cuidado os direitos autorais do material. Já a permuta, para a biblioteca digital, pode

²⁰ “[...] some uses may be fulfilled only in specific ways. For instance, if a video request is from a faculty member wishing to use the content in an online course and the content is solely available in DVD format, the request may only be fulfilled if encoding is allowed.”

ser considerada como uma forma de aquisição que não implica, necessariamente, na transferência de posse do material de uma biblioteca para outra, podendo ser uma simples permissão de acesso ao título por outras bibliotecas de uma rede, por exemplo.

A compra de materiais, entretanto, é a forma de aquisição que mais difere para materiais físicos e digitais. Serra e Segundo (2017) evidenciam que as bibliotecas adquirem recursos de três tipos de fornecedores: editores, distribuidores e agregadores de conteúdo.

Editores

Os editores [...] representam os autores, proporcionando estrutura editorial, de divulgação, distribuição e venda dos títulos. A editora agrega valor ao conteúdo, [...] de acordo com sua presença e relevância no mercado editorial. Os títulos de uma editora podem ser comercializados por ela mesma ou ainda por meio de terceiras partes como distribuidores e agregadores de conteúdo. (SERRA; SEGUNDO, 2017, p. 133).

Distribuidores

Os distribuidores são intermediários entre a instituição e os editores. Isso torna o custo mais elevado, pois o lucro do distribuidor passa a ser considerado. Ao mesmo tempo, a aquisição simultânea de materiais de diversas editoras torna-se mais simples e rápida (SERRA; SEGUNDO, 2017).

Agregadores de conteúdo

Os agregadores de conteúdo também representam editores, mas diferem-se dos distribuidores por possuírem uma plataforma própria de acesso ao material, que normalmente transmitem segurança e estabilidade, garantindo que as obras sejam acessíveis aos usuários vinculados à biblioteca contratante (SERRA, 2017). Além disso, podem possuir certos serviços diferenciados, como impressão e download do arquivo (SERRA; SEGUNDO, 2017).

Ademais, Serra e Segundo (2017) observam que o vínculo entre o agregador de conteúdo e a biblioteca permanecerá durante todo o período de licenciamento, podendo esse oferecer suporte técnico da plataforma contratada, o que não acontece com o distribuidor, cujo vínculo é encerrado na entrega do material.

Se a biblioteca contrata mais de um fornecedor, cujo modelo de negócio é geralmente a oferta de pacotes fechados, com títulos determinados, pode ocorrer a duplicação de material, já que um mesmo editor pode firmar contratos com vários fornecedores diferentes. Isso pode levar à redundância e ao possível desperdício de recursos financeiros (SERRA, 2017).

Esse problema pode ser contornado com a contratação individual de cada material, com a vantagem de também ser uma modalidade de aquisição confortável aos bibliotecários, já que se assemelha com a aquisição de títulos físicos. Porém, os custos costumam se tornar mais elevados, ultrapassando o custo do material físico. Além disso, ainda pode existir a cobrança pelo acesso à plataforma que disponibiliza o título (MORRIS; SIBERT, 2011 *apud* SERRA, 2017).

Os principais modelos de aquisição por compra utilizados pelas bibliotecas digitais são:

Aquisição perpétua

Serra e Segundo (2017) definem a aquisição perpétua como um modelo perene, no qual o pagamento para a aquisição do título é feito apenas um vez.

Entretanto, mesmo esse modelo pode incluir pagamentos recorrentes, se for acessado através de uma plataforma que não seja da biblioteca (ALBITZ; BRENNAN, 2012 *apud* SERRA; SEGUNDO, 2017). Caso isso ocorra, a biblioteca adquire o material uma única vez, mas deve efetuar pagamentos para que o acesso à plataforma continue disponível. Se o contrato permitir, entretanto, a biblioteca pode realizar o download das obras adquiridas e disponibilizá-las em uma plataforma própria, de modo que não precise pagar pela manutenção e uso da plataforma de terceiros.

Assinatura

O licenciamento por assinatura ocorre quando a contratação de títulos é realizada em “grandes quantidades, dentro de um período determinado e com custos baixos, sem que ocorra a propriedade da publicação, mas um acesso temporário” (MORRIS; SIBERT, 2011 *apud* SERRA; SEGUNDO, 2017, p. 136).

Aquisição orientada ao usuário (DDA)²¹

Serra (2017) define o DDA como uma aquisição onde estipula-se a quantidade de aluguéis que um título pode ter, antes que seja incorporado definitivamente ao acervo (normalmente, com o modelo de aquisição perpétua). Toda vez que o título é alugado ou quando este é adquirido de forma definitiva, o fornecedor recebe uma determinada quantia. Após a aquisição definitiva, usos subsequentes não mais são cobrados pelo fornecedor.

Ainda há a vantagem de que, dependendo do fornecedor, alguns usos podem ser gratuitos ou custar apenas uma fração do preço da aquisição do recurso (MEDEIROS, 2011).

Empréstimo de curto prazo (STL)²²

Da mesma forma que o DDA, o fornecedor recebe pelo aluguel individual do título, porém, no STL não existe limites de aluguéis a serem realizados. Assim, o título nunca é adquirido permanentemente por si só, o que pode tornar esse modelo extremamente desvantajoso se um material é usado repetidamente ou acessado várias vezes pelo mesmo usuário (SERRA, 2017).

Aquisição orientada por evidência (EBS)²³

Modelo no qual o fornecedor

[...] disponibiliza por um período determinado, [...] todo seu catálogo para utilização do usuário, com cobrança de valor estimado da quantidade de acessos que serão realizados. Ao término desse prazo, a biblioteca fará aquisição perpétua dos títulos que foram mais consultados, selecionados com base nas estatísticas de uso. [...] Caso não ocorram muitos acessos, a biblioteca realizará a aquisição de títulos que não foram consultados, mas que denotam interesse do acervo, alcançando o valor acordado na contratação, [e] garantindo remuneração ao fornecedor. (SERRA; SEGUNDO, 2017, p. 138).

Hunt (2017) nota que, no EBS, a biblioteca mantém-se como mediadora para a decisão final da aquisição, tornando-o um modelo mais cauteloso para o desenvolvimento de coleções.

²¹ Demand Driven Acquisition ou Patron-Driven Acquisition (MEDEIROS, 2011).

²² Short Term Loan.

²³ Evidence Based Acquisition ou Evidence Based Selection.

Serra (2017) aponta que esses três últimos modelos são similares entre si na medida em que definem os licenciamentos a serem realizados de acordo com o usuário e o uso do material. É possível, porém, definir quais títulos do pacote ficarão disponíveis para a seleção e uso.

Independente do tipo de aquisição utilizado, existem algumas considerações importantes (quadro 3) a serem feitas durante a aquisição.

Quadro 3 - Critérios de aquisição

Autores	Critérios	Descrição
Reese e Banerjee (2008)	(1) Critério de armazenamento	Quais os tipos de recursos que podem ser adquiridos, de acordo com os formatos que são suportados pela biblioteca.
Brennan et al. (2007 <i>apud</i> FARMER, 2009)	(2) Fornecedor	O que, de fato, o fornecedor possui, referente aos recursos e à plataforma.
	(3) Localização da base de dados	Local onde a base de dados será armazenada.
	(4) Permissão de acesso aos recursos	Quem pode acessar os materiais e quais são os requisitos para esse acesso.
	(5) Transferência de arquivo	Se é permitido baixar, imprimir, salvar, arquivar e/ou acessar os recursos.
	(6) Gerenciamento de direitos digitais	Quem é responsável pelo gerenciamento dos direitos autorais do material.
	(7) Considerações técnicas	Existência de conexão e contato com o fornecedor, identificação dos problemas de interface que podem ocorrer, identificação dos procedimentos de segurança, etc.
Medeiros (2011)	(8) Uso	Identificação do padrão de uso do recurso, para saber o tipo de aquisição a ser aplicado.
Huwe (2013)	(9) Qualidade de	Avaliar se os metadados são

	metadados	bem definidos e permitem a recuperação da informação.
	(10) Qualidade da digitalização	Se o material digitalizado possui qualidade suficiente.
Wahl (2017)	(11) Intenção de uso	Quando se planeja usar o conteúdo e qual o propósito da aquisição do recurso.
	(12) Custo-benefício	Escolha do formato/plataforma que melhor se adequa às necessidades dos usuários e da biblioteca, ao mesmo tempo que possui um custo acessível.
	(13) Custo associado à compra	Identificação das taxas únicas, taxas periódicas, custo para compra ou licenciamento, etc.
Serra e Segundo (2017)	(14) Tipo de contratação/aquisição	Qual tipo de aquisição ou contratação que será utilizada para o material.
Miranda (2018)	(15) Tipo de aquisição	Definir se a aquisição será feita por compra, doação ou permuta.

Fonte: Elaboração da autora

Essas considerações podem ser agrupadas nos seguintes critérios:

Critério de armazenamento (1)

O armazenamento de recursos digitais difere do físico, já que exige outras considerações além das em relação ao espaço físico disponível para armazená-los. Alguns formatos de arquivos demandam programas específicos para que sejam acessados, por exemplo, acarretando em custos adicionais para preservar-se o acesso àquele conteúdo. Assim, critérios para armazenamento devem ser estabelecidos, de forma a definir se o item será realmente adquirido ou não, baseado em seu formato.

Reese e Banerjee (2008) observam que, inicialmente, deve-se identificar quais os formatos que serão adquiridos pela biblioteca, levando sempre em conta a necessidade de se possuir os *softwares* adequados para a leitura dos recursos adquiridos e os custos que a aquisição pode acarretar. Assim, é possível identificar

quatro formas principais de se encarar a aquisição de itens que não se encaixem nesses formatos pré-definidos:

1. Não incluir: não incluir itens que não se adequem aos formatos pré-determinados pode simplificar o fluxo de trabalho, o armazenamento e a preservação a longo prazo. Significa, também, economia de recursos financeiros, já que providências para o acesso desses itens não precisarão ser tomadas. Entretanto, alguns materiais valiosos para a biblioteca podem acabar sendo excluídos se só estiverem disponíveis em um formato (REESE; BANERJEE, 2008).
2. Reformatar: se a reformatação dos materiais for permitida, pode-se converter os itens de um formato não aceito para outro que se adequa à política da biblioteca. Isso pode, entretanto, ser uma tarefa complexa para alguns recursos e acarretar em perda de informação e funcionalidade. Porém, como Reese e Banerjee (2008, p. 40, tradução nossa) argumentam, ao se escolher esse caminho, “bibliotecas podem reduzir significativamente a probabilidade de perda de informação enquanto simplificam drasticamente migrações futuras”,²⁴ já que só precisarão se preocupar com poucos formatos diferentes.
3. Incluir independente do formato (REESE; BANERJEE, 2008): dessa forma, não existe risco de perdas de informação ou qualidade do material adquirido e não se exclui materiais que podem ser importantes para a biblioteca. Ao mesmo tempo, pode acarretar altos custos, à medida que exige que a biblioteca adquira, também, os *softwares* necessários para o acesso a todos esses formatos.
4. Contratar responsável externo (REESE; BANERJEE, 2008): ao contratar um responsável externo, a biblioteca não precisa se preocupar com a aquisição e conversão de recursos para o acesso de seus usuários, já que isso ficará a cargo desse responsável externo. Entretanto, para tal, a biblioteca deve realizar processos de controle de qualidade, para que se possa ter confiança no trabalho realizado.

²⁴ “[...] libraries can significantly reduce the likelihood of information loss while drastically simplifying future migrations.”

Fornecedor (2, 6)

Existem questões de confiança e reputação do fornecedor, que devem ser sempre levadas em conta em materiais físicos e digitais. Além delas, Brennan et al. (2007 *apud* FARMER, 2009) chama a atenção para as questões referentes aos recursos digitais: o fornecedor possui os recursos ou a base de dados? Quem gerencia os direitos autorais do material que está sendo oferecido?

Esses detalhes são importantes para evitar futuras perdas de acesso aos materiais, dependendo do que, de fato, o fornecedor possui. Por exemplo, se ele possui apenas a base de dados, não há garantia de que o contrato entre fornecedor e detentor dos direitos dos materiais em si não será encerrado. Ao contrário do que ocorre com recursos físicos, essa situação acarreta em perda de acesso àquele conteúdo pela biblioteca, se esta não tomou precauções para preservar o conteúdo da base de dados.

Prioridade de compra (11)

Esse critério torna-se importante para qualquer biblioteca que possua grande quantidade de material selecionado para aquisição, ou que possua processo de aquisição demorado. Wahl (2017), argumentando sobre essa situação em uma biblioteca digital, coloca que é, então, necessário definir a prioridade de cada material, para se adquirir aqueles considerados prioritários com mais rapidez.

Qualidade (9, 10)

O critério de qualidade, na aquisição de recursos digitais, pode referir-se à qualidade dos metadados, à qualidade da digitalização (HUWE, 2013) ou à qualidade das conversões de formatos que eventualmente tenham sido realizadas. No caso de recursos que já nascem digitais (como os ebooks, por exemplo), a qualidade dos metadados deve ser considerada para “suportar um ciclo de vida maior e uma comunidade maior de usuários” (HUWE, 2013, p. 24, tradução nossa),²⁵ ou seja, para que a recuperação do recurso seja efetiva.

Já a qualidade da digitalização (e, de modo geral, a qualidade da conversão de formatos) refere-se àqueles recursos que tiveram seus formatos convertidos (ou de físico para digital, no caso da digitalização, ou de um formato digital para outro)

²⁵ “[...] support a longer life cycle and a larger [...] user community.”

para inclusão na biblioteca. Huwe (2013) afirma que o ciclo de escaneamento requer atenção, para que o trabalho final seja de qualidade, legível, recuperável e que se perda o mínimo de informação possível, diminuindo a necessidade de retrabalho. Do mesmo modo, se o escaneamento for realizado por terceiros, deve haver um controle de qualidade rigoroso, para garantir que o trabalho final seja adequado à inclusão na coleção. Essas questões devem ser consideradas, também, quando há a conversão de um formato digital para outro.

Previsão de uso (8)

Com novas possibilidades de aquisição oferecidas pelo mundo digital, avaliar o uso ou o possível uso de um material torna-se fundamental se a biblioteca optar por mais de uma forma de aquisição. “Como em toda coleção, a maioria dos livros que são usados serão usados ocasionalmente. Porém, uma pequena parcela de livros será usada constantemente. Prever quais são esses títulos pode ajudar a otimizar o orçamento.” (MEDEIROS, 2011, p. 162, tradução nossa).²⁶

Custo-benefício e tipos de aquisição (12, 13, 14, 15)

São, de fato, dois critérios diferentes, mas completamente relacionados. O custo-benefício deve ser sempre avaliado no processo de aquisição, tanto de recursos físicos quanto digitais. Para material digital, entretanto, Wahl (2017) evidencia a necessidade de escolher entre vários formatos ou plataformas, quando estiverem disponíveis, e de se informar sobre os diversos custos associados com a compra dos recursos, incluindo o custo de manutenção da plataforma, aquisição de *software*, se necessário, custo de licenças adicionais, etc.

A biblioteca não precisa, necessariamente, escolher apenas uma forma de aquisição. Em vez disso, é interessante avaliar as opções disponíveis, de modo a escolher-se o que melhor se encaixa aos objetivos da biblioteca e ao material específico que se deseja adquirir. Considerando as características dos cinco modelos de aquisição apresentados, podemos dizer:

1. Aquisição perpétua: útil para títulos que a biblioteca deseja que permaneçam na coleção por longo prazo (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012 *apud* SERRA, 2017), ou para aqueles títulos que são muito

²⁶ “Like any collection, most books that are used will be used sparingly. However, a small set of books will be used a lot. Predicting these titles can help optimize value.”

acessados ou demandados pelos usuários (SERRA; SEGUNDO, 2017).

2. Assinatura: a contratação de títulos através da assinatura de pacotes é recomendada para conteúdos que sofram modificações frequentes, como a área da saúde, a jurídica e a tecnológica (GRIGSON, 2011 *apud* SERRA; SEGUNDO, 2017), pois novas edições frequentemente substituem edições anteriores dentro dos pacotes. Porém, com a troca das edições antigas, não é possível garantir ao usuário um histórico dentro daquela área do conhecimento e, portanto, se não for possível realizar o *download* das edições e obras antigas antes que estas saiam de circulação, essa forma de aquisição não é recomendada quando a biblioteca deseja ter um histórico da área.
3. Aquisição orientada ao usuário e empréstimo de curto prazo: ambos são modelos interessantes para disponibilizar obras que, ao serem lançadas, sejam de grande interesse ao leitor, mas que, após um período de tempo, percam importância para a biblioteca e seus usuários, tornando sua aquisição perpétua algo desinteressante (SERRA, 2017). A diferença entre eles é que o STL pode ser mais interessante para obras que fujam um pouco do escopo da biblioteca, ou que essa não tenha interesse nenhum em adquirir, enquanto o DDA pode ser utilizado para obras que, se forem de grande interesse para os usuários, podem acabar sendo adquiridas definitivamente pela biblioteca.
4. Aquisição orientada por evidência: de acordo com Serra e Segundo (2017, p. 138), esse modelo garante que “os investimentos da instituição estão centrados em livros digitais realmente utilizados pelos usuários, e contribui com o melhor uso dos recursos disponíveis”. É atraente para títulos que a biblioteca não tem certeza se irá interessar aos usuários ou não. Porém, o EBS também apresenta riscos, tanto ao fornecedor quanto à biblioteca (LEVINE-CLARK, 2015). Se não forem realizados acessos suficientes, a biblioteca terá que adquirir publicações nas quais os usuários não possuem interesse, para cobrir o valor assumido no contrato, e se o valor acordado for muito baixo, títulos muito utilizados não serão adquiridos, o que representa, de certa

forma, uma perda para o fornecedor. Assim, o ideal é estabelecer valores mínimos e máximos para a aquisição, de forma diminuir esses riscos (LEVINE-CLARK, 2015).

O uso efetivo desses modelos, entretanto, requer uma boa política de seleção, de modo que o orçamento da biblioteca não seja comprometido com o aluguel de materiais que irão possuir muitos acessos e que, por isso, talvez seja mais interessante adquirir imediatamente, ou então para que o orçamento não seja usado em títulos que não sejam do escopo da biblioteca.

Acesso (4, 5)

O tipo de acesso oferecido pelo fornecedor e as condições de transferência de arquivo também podem ajudar a decidir o tipo de aquisição que será realizado. É preciso questionar quem poderá acessar os recursos (usuários da biblioteca, público em geral, membros da instituição, etc.), se mais de um acesso simultâneo é possível e qual o tipo de transferência de arquivo permitido, se há ou não a possibilidade de *downloads*, impressões, arquivamento, acesso remoto, etc. (BRENNAN et al., 2007 *apud* FARMER, 2009).

Plataforma (3, 7)

Por fim, Brennan et al. (2007 *apud* FARMER, 2009) colocam questões fundamentais referentes à plataforma: onde a base de dados estará localizada, no servidor do próprio fornecedor ou no servidor da instituição? Quais são os problemas técnicos da interface e, se surgirem, poderá se contar com o apoio técnico do fornecedor? Quais são os procedimentos de autorização/autenticação para o acesso do material?

Todas essas questões são importantes, pois ajudam a definir se é possível ou não contratar a plataforma desejada. Se a biblioteca não possui recursos para manter um servidor seguro e com espaço o suficiente para a base de dados, por exemplo, só poderá contratar plataformas que fiquem hospedadas em servidores externos.

3.3.3 Avaliação

A avaliação é um processo que deve ser entendido como modo de “determinar a importância e a adequação do acervo com os objetivos da Biblioteca e da instituição” (MIRANDA, 2018, p. 186). É uma atividade indispensável para verificar se os outros processos estão sendo realizados de forma condizente com a política de desenvolvimento de coleções e se a política atende e satisfaz às necessidades do usuário (MEDEIROS, 2011). Spudeit e Corrêa (2017) dizem, ainda, que esse processo deve ser contínuo, para que ocorra a constante renovação e atualização da coleção, sem que perca sua pertinência. A avaliação, de certo modo, faz com que a acessibilidade aos materiais úteis se torne mais eficiente, na medida em que os recursos que não são mais relevantes são identificados e retirados da coleção (FILSON, 2018).

Dessa forma, a avaliação torna-se um modo de analisar não apenas os recursos informacionais em si, mas também de identificar possíveis falhas e problemas que estão ocorrendo em outros processos do desenvolvimento de coleções, possibilitando sua correção.

Isso não significa, entretanto, que qualquer recurso que não esteja sendo utilizado extensivamente deve ser descartado. Cabe ao bibliotecário avaliar se o título é, de fato, irrelevante aos usuários e aos objetivos da biblioteca, ou se apenas está sendo subutilizado, pois não há conhecimento de sua existência. Nesse caso, a promoção e o estímulo do uso do recurso pode fazer com que ele se torne relevante (SERRA, 2017).

Existem diversas formas de se avaliar o acervo de uma biblioteca, porém, segundo Yaa Anima Adzobu (2014, p. 43, tradução nossa), a “[...] performance de uma biblioteca digital, medida em termos de quão bem ela está suprimindo as necessidades dos usuários (e usuários potenciais), é uma das formas mais expressivas de julgar a qualidade e eficácia dos serviços de uma biblioteca digital.”²⁷

Cada biblioteca deve considerar qual tipo de avaliação mais se adequa aos seus objetivos. De forma geral, é interessante revisitar os critérios de seleção estabelecidos pela política de desenvolvimento de coleções, verificando se os

²⁷ “The performance of a digital library, measured in terms of how well it is meeting the needs of its users (and non-users), is one of the most meaningful ways of judging the quality and effectiveness of a digital library’s services.”

materiais avaliados ainda se adequam à ela, pois, caso contrário, devem ser desbastados (MIRANDA, 2018). O objetivo de toda a avaliação é

[...] determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui, mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua obsolescência, as mudanças de interesses dos usuários, e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados (LANCASTER, 1996, p. 20).

Além dos critérios já abordados na seleção (que devem ser revisados para a avaliação), outros critérios (quadro 4) devem ser enfatizados ao se planejar uma avaliação de coleções digitais.

Quadro 4 - Critérios de avaliação

Autores	Critérios	Descrição
Filson (2018)	(1) Atualização e obsolescência	O conteúdo do recurso ainda corresponde à realidade (possui informações verdadeiras).
	(2) Utilidade para os usuários	O item ainda é de interesse para os usuários da biblioteca.
Miranda (2018)	(3) Coerência com o perfil dos usuários (TOMAÉL et al., 2001)	O conteúdo do recurso corresponde aos interesses e necessidades dos usuários.
	(4) Atualização (TOMAÉL et al., 2001)	O conteúdo do item está atualizado com informações recentes.
	(5) Uso real do material	Utilização do material pelos usuários.
	(6) Consistência e confiabilidade da informação (TOMAÉL et al., 2001)	A informação do recurso é coerente e confiável.

Fonte: Elaboração da autora

Uso (3, 5)

Serra (2017, p. 137) salienta que é fundamental que

[...] a quantidade de acessos seja mensurada, para identificar tanto o número de aluguéis realizados por STL quanto a totalização de consultas que uma obra em DDA já realizou, afinal esses aspectos determinam a remuneração que deve ser passado para o fornecedor.

Esse acompanhamento permite que, caso sejam observados comportamentos inesperados, a forma de licenciamento seja alterada para uma que represente maior economia à biblioteca.

Ou seja, para evitar desperdícios de recursos, é importante que se saiba como os materiais estão sendo utilizados, com qual frequência e quantos acessos são realizados para cada título, principalmente se a biblioteca possui diversas formas de licenciamento. Assim, pode-se modificar a forma de licenciamento para títulos específicos, ou comprar um título permanentemente, de forma a tornar eficiente a gestão dos recursos financeiros da biblioteca.

Mesmo que o título tenha sido comprado por aquisição perpétua, verificar a quantidade de acessos é importante para definir quais são os materiais que estão sendo subutilizados e quais são aqueles que não mais interessam ao usuário. Dessa forma, é possível que sejam tomadas as providências necessárias, de modo que a coleção continue a ser relevante e útil para a comunidade.

Reavaliação do conteúdo (1, 2, 4, 6)

Uma coleção deve estar livre de itens que sejam desatualizados ou obsoletos, ou cujos conteúdos não são mais relevantes (FILSON, 2018). Por isso, é importante analisar o conteúdo dos itens avaliados, para que seja possível verificar se esse ainda atende aos propósitos e aos usuários da biblioteca, se ainda está atualizado e se continua consistente e confiável. Esse critério deve ser aplicado independente do tipo de material, mas exige ênfase quando se fala de coleções digitais, já que recursos eletrônicos são facilmente alterados.

3.3.4 Desbaste

O desbastamento é um processo segundo o qual os materiais que são considerados inadequados para o acervo são retirados (DUBICKI, 2008). Deve ser “[...] contínuo e sistemático, para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção e devendo ser feito em concordância com as necessidades da biblioteca” (MIRANDA, 2018, p. 187).

Embora possa parecer um processo dispensável para bibliotecas digitais, pois recursos digitais não requerem espaço físico, a saturação do espaço digital é

também perceptível (MORONI, 2012). Não só o espaço digital é, também, finito, como uma quantidade muito grande de recursos inadequados torna o material relevante mais difícil de ser encontrado.

No caso de materiais digitais, porém, o desbaste e a preservação dos recursos que serão mantidos no acervo devem ser pensados de maneira diferente do desbaste e da preservação de materiais físicos. A opção por não renovar acordos de licenciamento ou deixar de assinar alguns títulos é, também, uma opção de descarte desses materiais, já que eles deixarão de ser acessíveis para o usuário.

Justamente por isso, deve-se analisar minuciosamente as necessidades dos usuários, para ter certeza de que as obras realmente não são mais úteis (FILSON, 2018), de modo a saber se a assinatura precisa ou não ser renovada. Deve-se ter muita precaução para não se desfazer de obras de forma aleatória, por convicção de que se trate de material obsoleto quando, de fato, não o é, ou ainda por censura e animosidade intelectual, ainda que não se perceba (MARIA et al., 2013).

Nessa perspectiva, a avaliação do acervo deve ser realizada de forma rigorosa, pois, embora seja necessário decidir-se por descartar itens que não mais acrescentem valor à coleção, é necessário também que essa decisão seja tomada de forma consciente e criteriosa.

No caso de desbaste de obras digitais, muitas vezes não faz sentido falar em remanejamento do acervo para que verifique-se o interesse do público em determinada obra ou não. Se a obra foi adquirida por assinatura, por exemplo, uma vez que se pare de assinar o pacote ou a plataforma, estará imediatamente indisponível ao usuário. E, enquanto se está assinando o recurso, não faz sentido não disponibilizá-lo, já que isso acarreta a utilização sem ganhos dos recursos destinados à assinatura.

É por isso que deve ser realizada uma avaliação criteriosa, de forma a identificar quais recursos não são mais, de fato, de interesse da biblioteca.

Uma vez escolhido os recursos que irão permanecer, entretanto, é preciso ter em mente que, quando se opta por não descartar um material, se está optando por preservá-lo para o acesso futuro. Porém, ao contrário de coleções tradicionais, a

[...] posse ou acesso ao material digital nem sempre implica ou significa capacidade para preservar seu conteúdo ou sua mídia, e, portanto, há a necessidade de se fazer decisões específicas de seleção sobre qual material a instituição terá responsabilidade sobre

e por quanto tempo. Deterioração de material digital não é facilmente vista; é preciso ações de preservação contínuas para mantê-lo usável por tempo indeterminado (RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012, p. 296, tradução nossa).²⁸

Isso ocorre, pois, quando esse acesso futuro se estende por anos, a manutenção desse arquivo pode tornar-se problemática se não houver meios de atualização de *hardwares* e *softwares* (FARMER, 2009), ou se o arquivo for corrompido, ou se houver uma falha no sistema, ou, ainda, se decidir-se por parar de assinar o pacote no qual o recurso se encontra. A solução é, portanto, selecionar aqueles materiais que se deseja preservar por mais tempo e criar políticas de preservação para conservá-los o mais rapidamente possível, pois requisitos tecnológicos futuros dificilmente são previsíveis (RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012).

Spudeit e Corrêa (2017, p. 89) identificam algumas técnicas que podem permitir ou auxiliar a perenidade dos conteúdos: “backup periódico em diferentes espaços e mídias, armazenamento em nuvem, transferência de mídias e conversão para novos formatos [...]”. O *download* de recursos adquiridos por assinatura também garante a permanência destes nas bases de dados, mesmo que o contrato entre biblioteca e fornecedor seja modificado ou finalizado.

Por fim, é também importante lembrar que um arquivo digital pode ser corrompido, o que impede seu acesso. Nesse caso, assim como no caso de um livro que precise ser restaurado, é necessário pensar no custo-benefício de se tentar recuperar esse recurso e se ele é importante o suficiente para a instituição para justificar o gasto e o trabalho para tal.

Justamente porque a preservação dos recursos implica em planejamento e gastos, deve-se escolher criteriosamente quais são os materiais que de fato valem a pena ser preservados. Ravenwood, Matthews e Muir (2012) evidenciam alguns seguintes critérios para orientar essa seleção (quadro 5).

²⁸ “[...] ownership or access to digital material does not always imply or equate to the ability to preserve either the content or the media, and so there is the need to make specific selection decisions about which material an institution will take responsibility for and for how long. Deterioration in digital material is not easily seen; it needs continuous preservation action to be taken to keep it useable over time.”

Quadro 5 - Critérios de seleção para a preservação (desbaste)

Autores	Critérios	Descrição
Ebdon e Gould (1999)	(1) Valor histórico/cultural	Valor histórico que o material possui, e valor cultural em relação a comunidade da biblioteca.
	(2) Importância	Importância que o documento possui para os usuários e para pesquisa.
	(3) Exploração comercial	Formas que o documento pode dar retorno econômico à instituição.
DPC (2009)	(4) Disponibilidade em outras bibliotecas	Identificar se outras bibliotecas possuem o mesmo recurso.
	(5) Propósito	Motivo para aquisição do item (referência, pesquisa, etc.)
	(6) Cópias e formatos	Quantidade ou formatos da mesma obra que a biblioteca possui.
Ooghe e Moreels (2009)	(7) Objetivos e propósitos da coleção	Objetivo que a coleção da qual o item faz parte deseja atingir.
	(8) Direitos autorais e restrições legais	Identificar quais são os direitos autorais do recurso e se existe alguma restrição legal para preservá-lo.
	(9) Valor do material	Qual o valor do material, considerando-se o uso que se faz dele.
	(10) Acessibilidade do conteúdo	Identificar se há a possibilidade do material tornar-se indisponível em curto a médio prazo.
	(11) Cópias	Identificar se existem outras cópias dessa mesma obra.
	(12) Disponibilidade em outras bibliotecas	Identificar se outras bibliotecas possuem o recurso.
	(13) Questões econômicas	Recursos econômicos disponíveis para a preservação das coleções da biblioteca.

Birrell et al. (2011)	(14) Impacto positivo em pesquisa ou estudos	Valor que o material possui para pesquisa.
	(15) Raridade	Verificar qual a raridade do item.
	(16) Coerência intelectual e completude da coleção	Identificar qual material é necessário para preservar a coerência da coleção como um todo, inclusive se a coleção está dispersa entre várias bibliotecas.
	(17) Demanda do usuário	Quais materiais são utilizados e pedidos pelos usuários.

Fonte: Elaborado pela autora

Valor (1, 2, 3, 9, 14, 17)

O valor que o material possui (seja ele valor econômico, social, histórico ou cultural) é, talvez, o critério mais importante ao se selecionar um material para preservação. Não há sentido em se utilizar orçamento e mão de obra para se preservar um material que não possua algum tipo de valor para a biblioteca.

Entretanto, o exato significado de 'valor' pode ser um pouco problemático, na medida em que varia entre instituições e contextos históricos diferentes, ou seja, o valor de um material não é estático ou necessariamente inerente a ele (RAVENWOOD; MATTHEWS; MUIR, 2012). No fim, é a própria biblioteca que irá atribuir o valor de um material. Ainda assim, alguns pontos podem ser considerados.

O valor histórico e cultural e a importância que o material possui para a comunidade de usuários da biblioteca, por exemplo, deve ser ponderado, e, em menor escala, também se deve considerar qual o retorno econômico que determinado material pode trazer para a biblioteca (EBDON; GOULD, 1999). Do mesmo modo, o valor que o conteúdo ou o recurso em si possui para pesquisas, o uso que é feito dele pelos usuários e a frequência de uso são também aspectos que podem auxiliar na atribuição de valor ao material (OOGHE; MOREELS, 2009).

Esse critério pode se tornar ainda mais nebuloso quando aplicado à coleções digitais, já que os usuários reais e potenciais da biblioteca não estão restritos à área geográfica específica. Assim, deve-se ter atenção redobrada quando se avalia o

valor de um item da coleção. Isso porque para uma comunidade o item pode não ter valor nenhum, enquanto para outra ele pode possuir alto valor social ou cultural.

Propósito da coleção (5, 7, 16)

Esse critério é útil para qualquer tipo de biblioteca. Em se tratando de coleções digitais, a Digital Preservation Coalition (2009) evidencia que o propósito para qual o item foi selecionado (para uso imediato de referência, ou para servir para um uso ao longo do tempo) deve ser considerado quando se avalia um item para preservação ou para desbaste. Esse critério, porém, envolve também outros tipos de considerações.

Os objetivos e propósitos da coleção em si influenciam a importância da permanência de determinado recurso na coleção (OOGHE; MOREELS, 2009). Assim, se outros documentos de uma coleção específica foram escolhidos para serem preservados, deve-se considerar se o recurso que está sendo avaliado é importante para manter a coerência e a completude da coleção como um todo (BIRRELL et al., 2011). Se a resposta for positiva, o recurso deve, provavelmente, ser selecionado para preservação.

Disponibilidade (4, 6, 10, 11, 12, 15)

A disponibilidade de um documento pode vir em várias formas: um recurso pode ter várias cópias (ou vários formatos), ou estar disponível em outros locais acessíveis ao usuário (DIGITAL PRESERVATION COALITION, 2009). Como Ooghe e Moreels (2009, tradução nossa) colocam, “[...] prioridade deve ser dada ao material cujo conteúdo provavelmente ficará inacessível em curto ou médio prazo.”²⁹ Embora estivessem se referindo a seleção de material para digitalização, o mesmo processo se aplica à lógica de seleção para preservação de recursos digitais.

Esse critério merece consideração cuidadosa quando aplicado a coleções digitais, já que formatos de arquivos mudam rapidamente e, se um formato se tornar obsoleto e sua conversão não for mais possível, o acesso ao recurso é perdido. Assim, se for possível identificar aqueles materiais que se tornarão indisponíveis em um curto período de tempo, é possível tomar providências para avaliar se é necessário ou interessante preservá-los para serem acessíveis por mais tempo.

²⁹ “[...] priority should be given to material for which the content is likely to become inaccessible in the short- or mid-term.”

Restrições legais (8)

Quando se trata de materiais digitais, processos de preservação podem implicar em *download*, múltiplos *backups*, etc. Assim, os direitos autorais e as restrições legais de determinado documento devem ser levados em conta quando este é considerado para preservação e conservação (OOGHE; MOREELS, 2009). Se os direitos autorais restringirem ou impedirem algum processo necessário, o material não poderá ser selecionado para preservação, a não ser que algum acordo seja possível.

Questões econômicas (13)

Questões econômicas devem sempre ser consideradas quando se avalia a possibilidade de preservação ou conservação do material de qualquer biblioteca. Quando falam de projetos de digitalização, Ooghe e Moreels (2009, tradução nossa) argumentam que este é, possivelmente, o “maior fator de influência para a seleção é o quadro financeiro de uma iniciativa”³⁰. Essa questão deve ser considerada em qualquer etapa do desenvolvimento de coleções de uma biblioteca, e a seleção para preservação ou desbaste não é diferente. Se os prós de se manter o material não justificarem os custos, o material deve ser desbastado.

³⁰ “Possibly the single most influential factor for selection is the financial framework of an initiative.”

4 METODOLOGIA

4.1 Procedimentos, delimitação do *corpus* e conceituação

Segundo Silva e Menezes (2005), a natureza da pesquisa pode ser classificada como aplicada ou básica. Quanto a forma de abordagem do problema, pode ser classificada como quantitativa ou qualitativa. Em relação aos seus objetivos (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005), pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. Referente aos procedimentos técnicos (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005), a pesquisa pode ser bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, Expost-Facto, ação ou participante.

A proposta deste trabalho é realizar uma pesquisa aplicada, bibliográfica, documental, qualitativa, descritiva e é um estudo de caso, conforme explicado a seguir.

De natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e solução de problemas específicos (SILVA; MENEZES, 2005). Neste caso, o problema é, justamente, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

Bibliográfica e documental em seus procedimentos técnicos, pois é elaborada a partir de material já publicado (bibliográfica) e coleta dados das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas, ou seja, de materiais que ainda não receberam tratamento analítico (documental) (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005).

É também descritiva, já que visa descrever características de determinado fenômeno (GIL, 1991 *apud* SILVA, MENEZES; 2005) que, no caso, é o desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

É considerada qualitativa em sua abordagem devido ao fato de pretender realizar análise dos dados coletados e atribuir-lhes significado (SILVA; MENEZES, 2005).

Por fim, a pesquisa é um estudo de caso, na medida em que estudou alguns objetos específicos, ou seja, as bibliotecas digitais jurídicas de Brasília, para ter conhecimento de sua realidade (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005) no que diz respeito ao desenvolvimento de coleções.

Para tal, realizou-se uma revisão de literatura dos últimos dez anos (2008 ao primeiro semestre de 2018) da literatura da área de Ciência da Informação que trata

do tema de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais, evidenciando conceitos e critérios que devem ser considerados nesse processo. Com este fim, realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Central da UnB; no Portal de Periódicos CAPES; no Google Acadêmico; no repositório institucional da UnB; e no periódico *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*³¹. Utilizou-se o termo “biblioteca digital” aliado com “desenvolvimento de coleção”, tanto em inglês quanto em português, no singular e plural. Dos resultados, selecionou-se 15 artigos e livros que tratassem do tema de desenvolvimento de coleções especificamente aplicado a bibliotecas digitais, dos quais retiram-se os conceitos, processos e critérios de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais. Outros artigos e livros para além deste universo também serviram como material para complementar essas informações.

Optou-se por focar em bibliotecas especializadas jurídicas, pois o presente estudo é realizado em Brasília, capital do país, onde grande quantidade deste tipo de biblioteca haja vista a presença da administração pública e das instituições, no caso, dos poderes legislativo e judiciário.

Assim, uma pesquisa no buscador Google foi realizada para identificar, na medida do possível, as bibliotecas digitais jurídicas localizadas em Brasília. Tentou-se realizar contato por e-mail com o Conselho Regional de Biblioteconomia, para verificar se existe alguma relação ou listagem das bibliotecas de Brasília, mas não se obteve resposta.

Verificou-se os órgãos listados na Rede de Virtual de Bibliotecas (RVBI)³², na Rede de Bibliotecas do MPF³³ (listadas no campo Unidade de Informação) e nos artigos “Conheça os órgãos que formam o Poder Judiciário”³⁴ e “Governo federal é formado por ministérios, secretarias e órgãos especiais”³⁵ para identificar se possuíam ou não bibliotecas digitais.

³¹ Periódico classificado como B1 pelo Qualis, mas que não está incluído no Portal de Periódicos da CAPES.

³² <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/rvbi/bibliotecas-cooperantes>

³³ http://pergamum.pgr.mpf.mp.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1

³⁴ <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/conheca-os-orgaos-que-formam-o-poder-judiciario>

³⁵ <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>

A pesquisa retornou 12 bibliotecas digitais jurídicas. Como todas essas bibliotecas possuem vínculo direto com bibliotecas tradicionais, a linha entre biblioteca digital e repositório é, ainda, tênue. De acordo com as definições adotadas neste trabalho, as seguintes bibliotecas (quadro 6) seriam, de fato, repositórios. Isso será discutido nos resultados do trabalho, mas optou-se por utilizá-las devido a dois fatores: primeiro, porque existem poucas bibliotecas digitais em Brasília sem nenhum vínculo com uma biblioteca tradicional; segundo, porque das bibliotecas digitais que existem, menos ainda possuem políticas de desenvolvimento de coleções.

Portanto, para fins de identificação dos critérios de seleção, aquisição, avaliação e desbaste voltados à coleções digitais encontrados na literatura que são, de fato, utilizados na realidade de Brasília, optou-se por considerar esses repositórios como bibliotecas, para a finalidade da pesquisa apenas.

Algumas bibliotecas possuem certas características mistas, como, por exemplo, alguns assuntos importantes para a coleção que não se enquadram totalmente na área jurídica. Porém, devido a natureza dos órgãos, e considerando os objetivos do estudo, essas bibliotecas foram incluídas no *corpus* da pesquisa. Observou-se algumas características relacionadas às políticas de desenvolvimento de coleções em tais bibliotecas (quadro 6).

Quadro 6 - Relação de órgãos com bibliotecas digitais jurídicas em Brasília

Órgão	Observações da Biblioteca	Site da Biblioteca
Advocacia-Geral da União	Localizada na Intranet	http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/371581
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Não possui política formalizada disponível na internet	https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes
Procuradoria Geral da República	Não possui política formalizada disponível na internet	http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Não possui política formalizada disponível na internet	https://bdjur.tjdft.jus.br/xmlui/community-list
Tribunal Superior do	Não possui política	https://juslaboris.tst.jus.br/

Trabalho	formalizada disponível na internet	
Supremo Tribunal Federal	Política na forma de instrução normativa. As obras da coleção digital são selecionadas do acervo físico	http://stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp
Superior Tribunal de Justiça	Política na forma de instrução normativa	https://bdjur.stj.jus.br/jspui/
Tribunal Superior Eleitoral	Política na forma de instrução normativa	http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/biblioteca/biblioteca-digital
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Possui política formalizada, sem seção para biblioteca digital	http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/
Tribunal de Contas da União	Possui política formalizada, sem seção para biblioteca digital	https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/
Câmara dos Deputados	Possui política formalizada, com seção para biblioteca digital	http://bd.camara.leg.br/bd/
Senado Federal	Possui política formalizada, com seção para biblioteca digital	http://www2.senado.leg.br/bdsf/

Fonte: Elaboração da autora

Optou-se por excluir a biblioteca digital da AGU, por não estar acessível por pessoas sem vínculo com o órgão. Considerou-se, neste trabalho, que um dos propósitos da política é o acesso aos usuários das informações do desenvolvimento de coleções da biblioteca (SPUDEIT; CORRÊA, 2017) e, por isso, não foi considerado eventuais políticas de desenvolvimento de coleções que não estivessem disponíveis amplamente na internet.

As instruções normativas, apesar de não serem políticas formalizadas propriamente ditas, possuem os critérios considerados pelas bibliotecas em questão e, por isso, foram consideradas na pesquisa, com a ressalva de que se tratam de documentos diferentes. Assim, totalizou-se 6 bibliotecas, sendo que 4 delas possuem políticas de desenvolvimento propriamente ditas.

(A) Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Reúne material relevante para a atividade legislativa, incluindo publicações editadas pela Edições Câmara, obras raras, produção acadêmica de servidores da Câmara e estudos e notas técnicas das consultorias legislativas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [20-]).

É vinculada à Biblioteca Pedro Aleixo (biblioteca da Câmara dos Deputados), que visa fornecer suporte informacional às atividades técnico-administrativas, legislativas, fiscalizatória e de representação dos parlamentares da Câmara e de seus órgãos colegiados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

A *Política de Desenvolvimento de Coleções* da biblioteca foi instituída pela Portaria nº 394/2013 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014), e é referente, principalmente, à coleção física da biblioteca, embora possua uma sessão breve para coleções digitais.

(B) Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Tem como objetivo o armazenamento, a preservação e a divulgação de documentos de interesse do Poder Legislativo e da população do Distrito Federal (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, [20-]).

A *Política de Desenvolvimento do Acervo* da biblioteca foi aprovada pelo Ato da Mesa Diretora 28/2012 (GIUSTINA et al., 2011), e é referente à Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sem possuir nenhuma especificação para a sessão de biblioteca digital. A *Política da Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do DF* apresenta alguns critérios de seleção de material, mas é um manual de inclusão de documentos na biblioteca digital, do que de fato uma política de desenvolvimento de coleções.

(C) Biblioteca Digital do Senado Federal

Tem o objetivo de preservar, armazenar, divulgar e dar acesso a documentos, incluindo livros, artigos de revista, notícias de jornal e produção intelectual de servidores, de interesse do Poder Legislativo, visando a segurança da informação, além de maior visibilidade e rastreamento em mecanismos de busca (SENADO FEDERAL, [20-]).

A *Política de Seleção e Descarte* da biblioteca foi instituída pelo Ofício nº 383/96-SSBIB (SENADO FEDERAL, 2011), e é referente, principalmente, à coleção física da biblioteca, embora possua uma sessão breve para coleções digitais.

(D) Biblioteca Digital do Tribunal de Contas da União

A Biblioteca Digital do TCU é vinculada à Biblioteca Ministro Ruben Rosa, cujo acervo é composto de livros, publicações oficiais do TCU, monografias de servidores, jornais diários, periódicos, entre outros, e tem como objetivo dar suporte à missão e aos objetivos do Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, [20-]).

A *Política de Desenvolvimento de Coleções* da biblioteca é referente à coleção física da biblioteca, sem possuir especificações para a biblioteca digital.

(E) Biblioteca Digital Jurídica

A Biblioteca Digital Jurídica, gerenciada pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça, tem como objetivo a preservação, o armazenamento, a disseminação e o acesso a documentos jurídicos em formato digital (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, [20-]). Os recursos disponibilizados são estruturados em três grandes grupos: atos administrativos, doutrinas e repositório institucional (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, [20-]).

A *Instrução Normativa STJ/GP nº 4, de 28 de março de 2017* regulamenta a política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, sem muitas especificações para os materiais digitais.

(F) Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral

A Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral é uma plataforma gerenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que tem como objetivo gerir a memória institucional e eleitoral e aumentar o intercâmbio e a visibilidade de informações relacionadas à Justiça Eleitoral (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [2018?]). Seu acervo inclui livros, artigos, periódicos e a produção intelectual dos servidores e membros (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [2018?]).

A *Instrução Normativa nº 6, de 10 de julho de 2012* regulamenta a política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, com uma pequena seção para a biblioteca digital.

4.2 Construção do instrumento de coleta de dados

Utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, os critérios sintetizados durante o desenvolvimento do trabalho para a seleção, aquisição, avaliação e desbaste de coleções em bibliotecas digitais.

Para a elaboração desses critérios, utilizou-se os critérios e as considerações apontadas pelos 15 textos considerados como base para a revisão de literatura do trabalho. Foram considerados e organizados em quadros (quadros 2, 3, 4 e 5) aqueles critérios que são específicos de coleções digitais, ou que possuem certas especificidades quando aplicados a documentos digitais.

Depois, agrupou-se os critérios dos diversos autores em considerações gerais, explicando o que cada uma delas significa quando aplicadas a materiais digitais, resultando no instrumento de coleta de dados (quadro 7).

5 RESULTADOS: COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

5.1 Instrumento de coleta de dados

A partir da análise dos critérios de cada processo do desenvolvimento de coleções digitais apontados por diversos autores, foi sintetizado um instrumento (quadro 7) para a verificação desses critérios em bibliotecas digitais. O instrumento é uma espécie de *checklist* simplificado do que é importante de ser observado, além dos critérios e considerações tradicionais, ao se considerar o desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

Quadro 7 - Instrumento de coleta de dados

Seleção	Conteúdo
	Versão do documento
	Legibilidade
	Termos de licenciamento
	Interface
	Propósito de utilização
Aquisição	Critério de armazenamento
	Fornecedor
	Prioridade de compra
	Qualidade
	Previsão de uso
	Custo-benefício
	Tipos de aquisição
	Acesso
	Plataforma
Avaliação	Uso
	Revalidação do conteúdo

Desbaste	Valor
	Propósito da coleção
	Disponibilidade
	Restrições legais
	Questões econômicas

Fonte: Elaboração da autora

Porém, como Vergueiro (1989) argumenta, ao resgatar o esquema de G. Edward Evans, é preciso sempre lembrar que o desenvolvimento de coleções é um processo ininterrupto, sem início ou fim definido (figura 1). Assim, suas etapas não podem ser consideradas isoladamente, e a divisão de processos e critérios é apenas uma ferramenta para fins de organização e planejamento. Na prática, a divisão entre os processos não é, necessariamente, perfeitamente definida; além disso, eles não serão realizados um após o outro.

Figura 1 - Processos e critérios do desenvolvimento de coleções



Fonte: Elaboração da autora

5.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados, utilizou-se as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas selecionadas, disponibilizadas *online*. Nenhuma das bibliotecas possuem políticas específicas para a biblioteca digital, e as políticas que possuem seção referentes a materiais digitais ou eletrônicos não especificam diferenças entre seleção, aquisição, avaliação ou desbaste desses materiais, quando comparados aos tradicionais.

Dessa forma, entendeu-se que os critérios estabelecidos pela política em relação aos materiais físicos seriam os mesmos para os materiais digitais, e a coleta de dados foi realizada com essa consideração.

O quadro abaixo (quadro 8) relaciona os critérios estabelecidos no instrumento de coleta de dados (quadro 7) com aqueles encontrados nas políticas de cada biblioteca. Se o critério de determinado processo foi tido como de processo diferente pela biblioteca, considerou-se que a biblioteca ponderou sobre o critério.

Bibliotecas selecionadas:

- (A) Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
- (B) Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- (C) Biblioteca Digital do Senado Federal
- (D) Biblioteca Digital do Tribunal de Contas da União
- (E) Biblioteca Digital Jurídica
- (F) Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral

Quadro 8 - Processos e critérios de desenvolvimento de coleções contidos nas políticas das bibliotecas digitais selecionadas

Processos	Critérios		Bibliotecas digitais				
		Política de desenvolvimento de coleções formalizada	A	B	C	D	
Seleção	Conteúdo	A	B	C	D	E	F
	Versão do documento		B		D	E	
	Legibilidade		B ³⁶		D	E	F
	Termos de licenciamento	A	B ⁴⁸				F

³⁶ <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1683/5/Pol%C3%ADtica%20da%20BDCL-%2018-02-2016.pdf>

		Interface		B ⁴⁸				F	
		Propósito de utilização	A	B	C		E	F	
	Aquisição	Critério de armazenamento	A ³⁷						
		Fornecedor							
		Prioridade de compra							
		Qualidade	A			D			
		Previsão de uso		B	C	D	E	F	
		Custo-benefício			C	D		F	
		Tipos de aquisição ³⁸						F	
		Acesso	A	B ⁴⁸				F	
		Plataforma							
		Aval	Uso		B	C	D		F
	Revalidação do conteúdo		A	B	C	D		F	
	Desbaste	Valor	A	B	C	D		F	
		Propósito da coleção	A	B	C		E	F	
		Disponibilidade	A	B	C	D	E	F	
		Restrições legais		B				F	
		Questões econômicas	A ⁴⁹			D			

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 Bibliotecas digitais ou repositórios digitais?

Como já foi comentado, de acordo com as definições adotadas neste trabalho, as bibliotecas digitais selecionadas são, de fato, repositórios digitais. Todas elas estão vinculadas a bibliotecas tradicionais e, talvez por isso, acabam assumindo um papel de repositório, mesmo que a intenção inicial tenha sido criar uma biblioteca.

Algumas delas, como a Biblioteca Digital Jurídica (E), por exemplo, se descrevem como repositórios digitais, apesar do nome. Outras se autodenominam bibliotecas digitais e, embora ofereçam os serviços próprios de bibliotecas (como o

³⁷ <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-norma-actualizada-cd-mesa.pdf>

³⁸ Aqui, o critério refere-se mais aos tipos de aquisição por compra do que simplesmente a listagem de compra, doação e aquisição pela política.

serviço de referência), esses serviços estão atrelados mais à biblioteca tradicional do que a biblioteca digital, de fato.

Durante a pesquisa para a definição do *corpus*, notou-se que poucas bibliotecas são, essencialmente, digitais, sem nenhum vínculo direto com bibliotecas tradicionais. Isso pode ocorrer por conta da conceituação da área, no sentido de que a distinção entre repositório digital e biblioteca digital é ainda, na prática, um pouco difusa, ou do fato de haver poucos incentivos para a criação de bibliotecas digitais independentes.

Desse modo, existe uma divisão pouco clara entre os objetivos e o escopo dos materiais da biblioteca tradicional *versus* os da biblioteca digital nas instituições, o que faz com que as bibliotecas tradicionais entendam às demandas de serviços de seus usuários, enquanto as bibliotecas digitais acabam por tornarem-se repositórios, um apoio para prover as bibliotecas de materiais digitais e eletrônicos.

Além disso, observou-se que algumas bibliotecas jurídicas pesquisadas não possuem delimitação clara entre os mecanismos de busca e os materiais de suas bibliotecas tradicionais e de suas bibliotecas (ou repositórios) digitais. Por conta dessa dificuldade de delimitação, tais bibliotecas não foram consideradas na pesquisa.

Entretanto, essa hibridez entre biblioteca e repositório digital não é, necessariamente, um problema. As bibliotecas existem para suprir as necessidades, reais ou potenciais, de informação de sua comunidade de usuários, ou seja, existem para servir aqueles que precisem delas (BARNER, 2011). Se o repositório serve a esse propósito, então se torna um instrumento que ajudará a biblioteca a cumprir seu objetivo.

Ao mesmo tempo, se o que se deseja é de fato investigar uma biblioteca digital, “transformá-la” em repositório pode ser problemático. Quando se vincula todos os serviços da biblioteca digital à biblioteca tradicional, corre-se o risco de não se utilizar todas as potencialidades de uma biblioteca digital. Isso não significa dizer que ambas as bibliotecas não possam possuir um relacionamento entre si, apoiando uma a outra em seus objetivos e em seu funcionamento. No entanto, se não houver uma linha clara entre as duas, o crescimento da biblioteca digital pode ficar dependente da biblioteca tradicional, tanto em questão de materiais adquiridos quanto em relação aos serviços oferecidos.

5.4 O problema da política de desenvolvimento de coleções

Das 12 bibliotecas digitais jurídicas encontradas, apenas 4 possuíam políticas de desenvolvimento de coleções formalizadas em documentos próprios. Mesmo considerando as 2 bibliotecas que possuem instruções normativas, apenas metade delas apresentam algum tipo de formalização para os critérios de desenvolvimento de coleções.

Conforme comentado anteriormente, a formalização dos critérios é importante para garantir continuidade e coerência dos processos ao longo do tempo, já que é a política que irá estabelecer e formalizar critérios e diretrizes para garantir a qualidade da coleção (MIRANDA, 2018). Nessa perspectiva, ter uma instrução normativa é mais efetivo do que não possuir essa sistematização. Entretanto, não é suficiente à medida que um dos papéis da política é esclarecer os processos realizados no desenvolvimento de coleções da biblioteca para seus usuários (VERGUEIRO, 1989). Assim, a política deve ser disponibilizada em um local de fácil acesso e de modo que seja facilmente entendida pelo usuário.

A instrução normativa, portanto, não cumpre esse papel, já que sua linguagem não é tão acessível aos usuários, e sua organização e sistematização pode ser mais confusa do que um documento voltado especificamente para organizar os processos de desenvolvimento de coleções da biblioteca.

Porém, esse não é o único problema. Das bibliotecas que contam com políticas de coleção definidas e formalizadas, nenhuma delas possui uma política própria para a biblioteca digital. Isso pode ser devido ao vínculo entre a biblioteca tradicional e a digital, mas esse fato torna-se um problema à medida que dificulta a diferenciação e a separação entre elas no tocante à seleção, à aquisição, à avaliação e ao desbaste dos recursos digitais, que possuem diferenças fundamentais dos processos quando aplicados a recursos físicos.

5.5 Os critérios de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas selecionadas

As políticas que incorporam seções para recursos digitais, ainda assim, não possuem especificações muito detalhadas. Dessa forma, a coleta de dados foi efetuada considerando-se os critérios das coleções físicas. Isso faz com que os

critérios para recursos eletrônicos não sejam completamente atendidos, mas pelo menos alguns deles são considerados.

Critérios que são quase que totalmente voltados a coleções digitais, como plataforma, prioridade de compra e fornecedor (aquisição) não são considerados por nenhuma das bibliotecas. O critério de armazenamento, também voltado a coleções digitais, só é considerado pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (A) e, mesmo assim, não no documento principal da política.

Já critérios que são mais padronizados, tanto para materiais físicos quanto para digitais, como os de conteúdo, propósito de utilização (seleção), previsão de uso (aquisição), revalidação do conteúdo (avaliação), valor, propósito da coleção e disponibilidade (desbaste) são considerados por quase todas as bibliotecas selecionadas.

Estranhamente, questões de direitos autorais (que deveriam ser aplicadas também para materiais físicos) só são consideradas por três bibliotecas (A, B e F) quando relacionadas à seleção e por duas bibliotecas (B e F) quando relacionadas ao desbaste.

A biblioteca que contempla menos critérios (apenas 7 deles) é a Biblioteca Digital Jurídica (E), o que pode ser justificado pelo fato de a política não estar formalizada em um documento próprio, e sim, em uma instrução normativa. Entretanto, a biblioteca que contempla mais critérios (15) é a Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral (F), que também não possui uma política formalizada.

Parte disso pode ser devido à idade da política das bibliotecas. A instrução normativa da Biblioteca Digital Jurídica (E) foi aprovada em 2017, enquanto a da Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral (F) foi aprovada em 2012, ou seja, esta última biblioteca teve mais tempo para atualizar e desenvolver a política. Porém, ao se observar a página da instrução normativa, parece não ter havido modificações nesse meio tempo. Ou seja, no fim das contas, parece ser apenas uma questão de planejamento.

Ao final, com base nos dados observados no quadro 8, foi possível estabelecer um *ranking* das bibliotecas digitais que mais utilizaram critérios de desenvolvimento de coleções. Nessa direção, tais bibliotecas foram ordenadas decrescentemente com base na quantidade de critérios observados, conforme a numeração a seguir:

1 - Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral (F): 15 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; legibilidade; termos de licenciamento; interface; propósito de utilização.
- **Aquisição:** Previsão de uso; custo-benefício; tipos de aquisição; acesso.
- **Avaliação:** Uso; revalidação do conteúdo.
- **Desbaste:** Valor; propósito da coleção; disponibilidade; restrições legais.

2 - Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal (B): 14 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; versão do documento; legibilidade; termos de licenciamento; interface; propósito de utilização.
- **Aquisição:** Previsão de uso; acesso.
- **Avaliação:** Uso; revalidação do conteúdo.
- **Desbaste:** Valor; propósito da coleção; disponibilidade; restrições legais.

3 - Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (A): 11 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; termos de licenciamento; propósito de utilização.
- **Aquisição:** Critério de armazenamento; qualidade; acesso.
- **Avaliação:** Revalidação do conteúdo.
- **Desbaste:** Valor; propósito da coleção; disponibilidade; questões econômicas.

3 - Biblioteca Digital do Tribunal de Contas da União (D): 11 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; versão do documento; legibilidade.
- **Aquisição:** Qualidade; previsão de uso; custo-benefício.
- **Avaliação:** Uso; revalidação do conteúdo.
- **Desbaste:** Valor; disponibilidade; questões econômicas.

4 - Biblioteca Digital do Senado Federal (C): 9 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; propósito de utilização.
- **Aquisição:** Previsão de uso; custo-benefício.
- **Avaliação:** Uso; revalidação do conteúdo.
- **Desbaste:** Valor; propósito da coleção; disponibilidade.

5 - Biblioteca Digital Jurídica (E): 7 critérios observados.

- **Seleção:** Conteúdo; versão do documento; legibilidade; propósito de utilização.
- **Aquisição:** Previsão de uso.
- **Desbaste:** Propósito da coleção; disponibilidade.

Os critérios de avaliação, proporcionalmente, são os mais presentes nas bibliotecas, provavelmente devido ao fato de que, apesar de algumas especificidades, a avaliação de recursos físicos pode ser amplamente aplicadas aos recursos digitais, no sentido de avaliar se o conteúdo dos recursos ainda é útil e relevante para os usuários e para os objetivos da biblioteca.

Em segundo lugar, observa-se a ocorrência dos critérios de desbaste e preservação digital. Entretanto, isso pode se dar ao fato de que as políticas estão falando, primariamente, do desbaste de materiais físicos. Embora esses critérios possam ser estendidos aos recursos digitais, poucas são as políticas que abordam especificamente o desbaste de materiais digitais. Dessa forma, não fica claro se esse processo é, de fato, realizado nas bibliotecas digitais.

Em terceiro lugar, ganham destaque os critérios de seleção. Embora tenham particularidades relacionadas aos recursos digitais (que nem sempre são considerados), os critérios de seleção são numerosos e, normalmente, bem detalhados nas políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas selecionadas e, por isso, alguns dos critérios voltados para materiais digitais acabam por ser observados.

Por fim, os critérios específicos de aquisição são os menos presentes nas políticas. Provavelmente pelo fato de o processo ter diversas particularidades

quando voltado aos recursos digitais, e existem tipos diferentes de aquisição de materiais digitais que não se adequam aos físicos.

6 CONCLUSÃO

Apesar de todas as diferenças, potências e particularidades de bibliotecas digitais observadas durante o desenvolvimento do trabalho, o crescimento do acervo e o alcance dos objetivos da biblioteca digital também se beneficiam do processo de desenvolvimento de coleções. Mais do que isso, uma política formalizada para tal fim auxilia a padronização dos processos, mantendo uma coerência mediante o tempo que pode corroborar com o crescimento e o desenvolvimento da biblioteca.

Apesar disso, foi possível observar que muitas das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília ainda estão associadas e vinculadas às bibliotecas tradicionais. Infere-se que isso possa ocorrer por conta das dificuldades e da falta de incentivos para se desenvolver independentemente, ou por terem surgido especificamente como um modo de atender às necessidades informacionais dos usuários daquelas bibliotecas.

Assim, com base nos resultados das bibliotecas brasileiras pesquisadas, ainda não há uma diferenciação muito clara entre bibliotecas digitais e repositórios digitais. Além disso, nenhuma das bibliotecas selecionadas para a pesquisa possui uma política específica para suas bibliotecas digitais, o que pode contribuir com a dificuldade em se estabelecer a diferença entre as bibliotecas tradicionais e as digitais de determinado órgão.

Por fim, observou-se que nem todos os critérios considerados pela literatura da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação são considerados, de fato, pelas políticas das bibliotecas selecionadas, especialmente os critérios que são mais específicos de materiais digitais. Isso demonstra que as bibliotecas digitais pesquisadas ainda estão, de certo modo, desatualizadas nessa área.

Referências

ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais: relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 25, 2013, Florianópolis. **Bibliotecas, informação, usuários: abordagens de transformação para a Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: CBBB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1351>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BARNER, Keren. The library is a growing organism: Ranganathan's fifth law of library science and the academic library in the digital era. **Library philosophy and practice**, set., 2011.

BIRRELL, Duncan et al. The DiSCmap project: digitisation of special collections: mapping, assessment, prioritisation. **New library world**, v. 112, n. 1/2, p. 19-44, 2011.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Política de desenvolvimento de coleções**. Brasília: Edições Câmara, 2014. 80 p. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18279>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sobre a biblioteca digital**. [20-]. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/page/about>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Biblioteca digital**. [20-]. Disponível em: <<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Política de seleção e descarte da Biblioteca do Senado Federal: 2004/2011**. [Brasília]: 2011. 36 p. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/pdf/politica-de-selecao-e-descarte-de-publicacoes>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Sobre a biblioteca digital**. [20-]. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/page/sobre>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Instrução normativa nº 4, de 28 de março de 2017**. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/108973>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Perguntas frequentes sobre a BDJur**. [20-]. 3 p. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/93860/FAQ_BDJur_2015.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Biblioteca Ministro Ruben Rosa: política de desenvolvimento de coleções**. [20-]. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/comunidades/biblioteca-ministro-ruben-rosa/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral**. [2018?]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/biblioteca/biblioteca-digital>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Instrução normativa nº 6, de 10 de julho de 2012**. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/in/2012/INT00062012.html>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DAUDT, Antonio. Bibliotecas Brasil x Canadá: sob o viés das boas práticas em estudos de usuários. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de Almeida (orgs.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017. p. 237-277.

DELLA GIUSTINA, Leslie Regina et al. **Política de desenvolvimento do acervo da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2011. 14 p. Disponível em: <<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1665>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DELLA GIUSTINA, Leslie Regina; FREITAS, Wanderley Gonçalves. **Política da Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2015. [28 p.]. Disponível em: <<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1683>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. **A working definition of digital library**. 1998. Disponível em: <<https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

DIGITAL PRESERVATION COALITION. Interactive assessment: selection of digital materials for long-term retention. In: **Digital preservation handbook**. [2009]. Disponível em: <<https://www.dpconline.org/handbook/organisational-activities/decision-tree/interactive-assessment>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. **Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12305>>. Acesso em: 11 set. 2018.

DONOVAN, James M. A library is not the books: an ethical obstacle to the digital libraries. **Journal of information, communication and ethics in society**, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2012.

DUBICKI, Eleonora. Weeding: facing the fears. **Collection building**, v. 27, n. 4, 2008, p. 132-135.

EBDON, Richard; GOULD Sara. **IFLA/UNESCO survey on digitisation and preservation**. [Paris]: UNESCO, 1999. 38 p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi2%20vers2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FARMER, Lesley S. J. The life cycle of digital references sources. **The reference librarian**, v. 50, n. 2, p. 117-136, 2009.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de; SALDANHA, Gustavo da Silva. Notas sobre autoridade epistêmica: entre Pierre Bourdieu e Patrick Wilson. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3956>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FILSON, Christopher Kwame. Comparative study of collection management practices of academic libraries. **Library management**, v. 39, n. ½, 2018, p. 66-77.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBCTI; CNPq, 1994. 540 p. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>>. Acesso em: 29 out. 2018.

HEERY, Rachel; ANDERSON, Sheila. **Digital repositories review**. [S.l.]: Joint Information Systems Committee, 2005. 37 p. Disponível em: <<https://researchportal.bath.ac.uk/en/publications/digital-repositories-review>>. Acesso em: 19 set. 2018.

HUNT, Stuart. Collection development in UK university libraries. **Collection building**, v. 36, n. 1, 2017, p. 29-34. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/CB-09-2016-0026>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

HUWE, Terence K. Building digital libraries: the social life of digital collections. **Computer in libraries**, v. 33, n. 9, p. 23-25, nov., 2013.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 356 p.

LEVINE-CLARK, Michael. Evidence-based selection at the University of Denver. **Against the grain**, v. 27, n. 5, 2015, p. 18, 20. Disponível em: <<https://docs.lib.purdue.edu/atg/vol27/iss5/10/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

LLOYD, Annemaree. Guarding against collective amnesia? Making significance problematic: an exploration of issues. **Library trends**, v. 56, n. 1, 2007, p. 53-65.

LYNCH, Clifford. Where do we go from here?: the next decade for digital libraries. **D-lib magazine**, v. 11, n. 7/8, jul./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/july05/lynch/07lynch.html>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MARIA, Maíra Cunha de Souza et al. Reflexões sobre a formação do acervo da Academia de Direito do Largo de São Francisco: do século XIX aos nossos dias. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 108, 2013, p. 129-142. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67979>>. Acesso em: 30 out. 2018.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957. 549 p.

MEDEIROS, Norm. Shaping a collection one electronic book at a time: patron-driven acquisitions in academic libraries. **OCLC systems & services: international digital library perspectives**, v. 27, n. 3, p. 160-162, 2011.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Informação jurídica: gestão do acervo. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 171-193, jan./abr., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650178>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MORONI, Alene E. Weeding in a digital age: shelf clutter can be a problem for ebooks as well. **Library journal**, v. 137, n. 15, 2012.

OOGHE, Bart; MOREELS, Dries. Analysing selection for digitisation: current practices and common incentives. **D-lib magazine**, v. 15, n. 9/10, 2009. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september09/ooghe/09ooghe.html>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RAVENWOOD, Clare; MATTHEWS, Graham; MUIR, Adrienne. Selection of digital material for preservation in libraries. **Journal of librarianship and information science**, v. 45, n. 4, 2012, p. 294-308.

REESE JR., Terry; BANERJEE, Kyle. **Building digital libraries: a how-to-do-it manual**. Nova Iorque: Neal-Schuman, c2008. 277p.

SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é uma biblioteca digital?. **Revista USP**, n. 80, p. 6-17, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SERRA, Liliana Giusti. Livros digitais, bibliotecas e o desenvolvimento de coleções. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de (Org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017. p. 110-142.

SERRA, Liliana Giusti; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 27, n. 3, p. 131-143, set./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31307>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SHARP, Steve; THOMPSON, Sarah. 'Just in case' vs. 'just in time': e-book purchasing models. **Serials**, v. 23, n. 3, 2010, p. 201-206. Disponível em: <<https://serials.uksg.org/articles/abstract/10.1629/23201/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

SILVA, Alzira Karla Araújo da; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; LIMA, Izabel França de. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín (Colômbia), v. 33, n. 1, p. 213-239, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://doaj.org/article/dd3bf7b0b718499094bba1ee07391b26?frbrVersion=3>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 139 p.

SILVA, Ronaldo Alves da. E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2013. 15 p. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1398>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 176 p. Disponível em: <http://www.bernardosorj.com/pdf/Brasil_@_povo_com.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Políticas de gestão de estoques informacionais: reflexões conceituais e práticas. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de Almeida (orgs.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017. p. 72-108.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 387 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. 95 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de Almeida (orgs.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017. p. 36-69.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

WAHL, Mary. Full stream ahead: designing a collection development workflow for streaming video content. **LRTS**, v. 61, n. 4, 2017, p. 226-236.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013. 109 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 7, n. 1, 2002, p. 61-67. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>>. Acesso em: 25 out. 2018.

YAA ANIMA ADZOBUE, Nesba. Building digital collections in a public university library in Ghana: priority-setting and user needs assessment. **Collection building**, v. 33, n. 2, 2014, p. 38-45.